

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XVII, número 48, Janeiro-Abril/2004



ISSN - 0103-5576

FRONT EIRAS

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor
Sidnei Marco Dornelas

Editor
Dirceu Cutti

Jornalista Responsável
Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial
Alfredo J. Gonçalves
Carlos B. Vainer
Dulce Baptista
Francisco Nunes
Heinz Dieter Heidemann
Helion Póvoa Neto
José G. Baccarin
José Guilherme C. Magnani
José J. Gebara
Luiz Bassegio
Marilda A. Menezes
Oswaldo M.S. Truzzi
Sidney A. da Silva
Teresa Sales

Conselho Consultivo
Cláudio Ambrozio
Edgard Malagodi
Ermínia Maricato
Marília P. Sposito
Milton Schwantes

Capa
Arte: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda
Fotos: Arquivo pessoal de Fausto Calero López

Editoração Eletrônica
Dirceu Cutti

Impressão
Gráfica e Editora Peres Ltda - Fone:(0xx11)4815.4331

Endereço para Correspondência
Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade
01514-030 São Paulo/SP - Brasil
Fone: (0xx11)3208.6227
cemsp@uol.com.br
www.cemsp.com.br

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

ÍNDICE

FRENTES DE EXPANSÃO

OS NOVOS ESPAÇOS DOS VELHOS PROBLEMAS

(Entrevista) *José de Souza Martins.....05*

IMIGRANTES, FRONTEIRA E AGRICULTURA NAS MATAS DO VALE DO MUCURI

Eduardo Magalhães Ribeiro09

A FRONTEIRA AMAZÔNICA NO GOVERNO VARGAS

CAMPANHA DA BORRACHA E MOBILIZAÇÃO DE TRABALHADORES

María Verónica Secreto.....15

CRUZANDO A LINHA

UM OLHAR DE FÉ SOBRE A FRONTEIRA EUA-MÉXICO

Daniel Groody.....23

FRONTEIRAS DE TRADIÇÃO CULTURAL GUARANI MBYA E A PRESENÇA DO JURUA (CIVILIZADO) NAS RESERVAS INDÍGENAS

Marília G. Ghizzi Godoy.....29

A SITUAÇÃO DOS IMIGRANTES ILEGAIS NO CONTINENTE AMERICANO

A CONTRADIÇÃO NORTE-AMERICANA

Mônica Teresa Costa Sousa Cherem.....33

"ESTACION MIGRATORIA" - FLASHES

Dirceu Cutti.....39

NOSSA BIBLIOTECA.....42

FRONTEIRAS

S em sombra de dúvida, instigante e rica é a temática em foco, e múltiplas são suas facetas. Mas, já em primeiro plano, emerge com força o papel desempenhado por um importante ator social - o migrante! É ele quem, constitutivamente, experiencia o permanente desafio de viver na liminaridade da fronteira. Enquanto esta demarca e divide, a migração rompe, perpassa, atravessa.

O conjunto dos textos apresentados neste número apreende a fronteira a partir de três eixos, ou, poderíamos dizer, trata de três diferentes fronteiras, que em última instância se entrecruzam: a fronteira entre os Estados Nacionais; a fronteira cultural e a fronteira da ocupação de novos espaços territoriais.

Integram esta última perspectiva a entrevista com José de Souza e os textos de Eduardo e María Verónica. O primeiro, entre outros aspectos, busca distinguir as frentes de expansão das frentes pioneiras; o segundo reconstitui, com ricos detalhes, o processo histórico de ocupação do Vale do Mucuri, em Minas Gerais; Verónica também recua no tempo e trata do recrutamento de trabalhadores nordestinos para a extração da borracha na fronteira amazônica, com destaque para o esquema de propaganda montado à época pelo Estado Novo.

No tocante às implicações da fronteira étnico-cultural, Marília discorre sobre a mudanças em curso entre os guarani Mbya do litoral paulista, sobretudo a partir da criação das reservas indígenas.

Envolvendo a fronteira entre Estado Nacionais, encontram-se os textos de Daniel e Mônica e um retrato da Estación Migratoria da cidade do México. A fronteira México-EUA e as leis restritivas à imigração nos Estados Unidos constituem o foco de atenção. Mônica discute as barreiras impostas pela legislação e, Daniel, numa perspectiva bíblico-teológica, a partir da resistência dos milhares de migrantes que se arriscam na travessia do "paredão" que barra sua passagem para os Estados Unidos (um dos símbolos mais vergonhosos da modernidade), expõe os sinais de vida sinalizados por esses migrantes. E, os depoimentos daqueles detidos na Estación Migratoria demonstram que a fronteira, transformada em muralha, por mais que aprisione e deportar, não consegue deter a teimosia na travessia.

Dirceu Cutti

DESEJA ADQUIRIR

TRAVESSIA - Revista do Migrante?

*É fácil assinar a Revista TRAVESSIA
É possível adquirir números avulsos*
E ainda há tempo para montar a coleção*

(* Exceto os números 8, 10 e 12)

Formas de Pagamento

Escolha a opção que lhe facilita mais:

a) *Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos*

b) *Depósito bancário nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Banco Bradesco; Agência Tabatinguera nº 0515-0; conta corrente nº 23083-9 e envie-nos cópia do comprovante de depósito.*

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano.....R\$ 20,00
- () Ass. válida por 2 anos.....R\$ 30,00
- () Ass. válida por 3 anos.....R\$ 40,00
- () Exterior (1 ano).....U\$ 20,00

Números Avulsos

- Exemplares do nº 1 ao 7.....R\$ 2,00
- Demais exemplares: Nº avulso.....R\$ 5,00
- Quantidade (mais de 5).....R\$ 4,00
- Coleção Completa - já incluído valor postal.....R\$ 150,00

Nosso Endereço

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP: 01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

NÚMEROS PUBLICADOS

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno
- 23 - Metrópole
- 24 - Índios e Territórios
- 25 - Deslocamentos Compulsórios & Restrições à Migração
- 26 - Mulher Migrante
- 27 - Nomadismos
- 28 - Meio Ambiente
- 29 - Albergue
- 30 - Clandestinidade
- 31 - Festas
- 32 - Memória
- 33 - Mercosul
- 34 - Associações
- 35 - Gerações na Migração
- Nº Especial - O Retorno (Sayad)
- 36 - Um Olhar Retrospectivo
- 37 - Refugiados
- 38 - Bairros e Vizinhanças
- 39 - Assentamentos
- 40 - Redes
- 41 - Migração Laboral
- 42 - Linguagens e Símbolos
- 43 - Imprensa & Literatura
- 44 - Etnias
- 45 - Mobilidade & Flexibilidade
- 46 - Sagrado
- 47 - Cotidiano

FRENTES DE EXPANSÃO

OS NOVOS ESPAÇOS DOS VELHOS PROBLEMAS

*Entrevista com José de Souza Martins **

Travessia: *Brevemente, como foram pensadas as frentes de expansão no Brasil ao longo do século XX?*

J. S. Martins: As frentes de expansão, no Brasil, não foram propriamente “pensadas”. Proponho que se distinga “frentes de expansão” de “frentes pioneiras”. As frentes pioneiras, sim, de vários modos estiveram relacionadas com propósitos de racionalização na ocupação do espaço e de integração das regiões “novas” à racionalidade empreendedora e capitalista dominante. Ou seja, as frentes pioneiras – como a do Norte do Paraná a partir dos anos trinta, a paulista dessa mesma época, a goiana dos anos cinqüenta, em relação com a abertura da Rodovia Belém-Brasília – foram marcadas pela expansão da agricultura moderna e de mercado, pela formação de cidades e pela urbanização. Já as frentes de expansão tiveram outras características. Foram e têm sido marcadamente expressões da expansão territorial do modo de vida próprio de populações residuais da frente pioneira. São populações de vários modos integradas no sistema econômico e na sociedade apenas parcialmente, de modo precário e marginal. As frentes de expansão são frentes de reprodução do que sociologicamente se chama de atraso. É com as frentes pioneiras que o moderno chega rapidamente às novas regiões desbravadas.

Ao pôr ordem na ocupação territorial, as frentes pioneiras têm deslocado os ocupantes da terra, geralmente posseiros que, por sua vez, no devido tempo, ocuparam terras indígenas e promoveram a expulsão dos índios de seu respectivo território. Não raro, a frente de expansão é também produto da violência contra o índio, acompanhada até mesmo da prática do genocídio. Darcy Ribeiro disse, num de seus livros, que na frente da expansão o índio tem contato com o que de pior há na sociedade brasileira. Ao longo dos anos setenta e oitenta (e ainda há dramáticos episódios desse processo, como o que envolveu garimpeiros e índios Cinta-larga, em Rondônia, no

mês de abril de 2004) terras indígenas foram ocupadas por posseiros expulsos de suas posses no Mato Grosso, em Goiás, no Pará, em Rondônia, no Acre e no Maranhão. E foram tão violentos com os índios quanto os proprietários de terra da frente pioneira foram com eles próprios. Nessa época houve uma peculiaridade: as grandes empresas também invadiram terras indígenas diretamente, suprimindo a fase da frente de expansão que foi característica até então da história territorial do Brasil.

Tanto a frente de expansão quanto a frente pioneira têm uma dinâmica regulada pelo conflito e pela violência, por critérios de justiça privada do pistoleiro, do crime de encomenda, geralmente o crime impune.

Travessia: *A partir de sua experiência, qual o lugar dos migrantes nessa história? Qual o saldo que você tiraria?*

J. S. Martins: Tanto a frente de expansão quanto a frente pioneira são formatos diferentes da ocupação territorial do país, decorrências do crescimento demográfico e da própria dinâmica de nossa economia. Em ambos os casos temos migrações, sem contar o deslocamento de populações indígenas de seus lugares de origem, expulsas por esse duplo movimento de ocupação de território pela sociedade dominante. Quase todos os povos indígenas do Brasil Central são povos que estão migrando lentamente desde a Conquista em direção às cabeceiras dos rios. Só nos últimos anos começaram a se radicar em termos aparentemente definitivos nas terras em que se encontram neste momento. Os Tapirapé, do Mato Grosso, um povo de língua Tupi, são provavelmente remanescentes dos Tupinambá do litoral maranhense, em fuga desde a Conquista, paralisados finalmente no meio de territórios ocupados por inimigos tradicionais, os povos de língua Jê, e sem possibilidade de ir adiante. Os Wãipí, por sua vez, deslocam-se há uns trezentos anos do centro-oeste em direção ao norte, em fuga, provavelmente pressionados por povos

inimigos, por sua vez pressionados pelos brancos. Os brancos que atuam nessa pressão de forma mais consistente, porque ocupam o território como populações agrícolas, são geralmente posseiros pobres, não raro mestiços de índios, praticantes do que chamo de agricultura do excedente: plantam para subsistência e vendem excedentes comerciais, num regime econômico misto, diverso dos agricultores da frente pioneira, que produzem fundamentalmente para o mercado, mesmo quando se trata de agricultura familiar. As duas frentes abrem diferentes modalidades de inserção na economia e diferentes formas de sobrevivência. Nesse sentido, o Brasil é um dos últimos países do mundo a dispor de território suficiente para absorver produtivamente excedentes populacionais de outras regiões do país, já saturadas. Esse é um fato, de outra dúvida, positivo. As migrações associadas à expansão da fronteira econômica têm sido uma marca da história contemporânea do país. Praticamente se criou uma cultura da migração, ainda não estudada e mal compreendida nos seus valores de orientação, suas regras, sua mentalidade, sua sociabilidade. É possível encontrar no Maranhão, no Pará, no Mato Grosso e em Rondônia, famílias de migrantes descendentes de italianos e alemães que chegaram ao Brasil na segunda metade do século dezenove, foram assentados em núcleos coloniais no sul, deslocaram-se nos anos cinquenta para o Paraná e a partir dos anos setenta migraram para os estados amazônicos. São os agentes da frente pioneira, proprietários de terra, ainda baseados na agricultura da família, mas uma agricultura modernizada e quase sempre empreendedora. Na perspectiva histórica de longo curso, essas famílias estão migrando há mais de cem anos e há várias gerações. Nada garante que esta seja a última geração a migrar. O fenômeno da migração dos chamados brasiguaios, brasileiros que entraram no território paraguaio, constitui uma boa indicação de que barreiras jurídicas e nacionais não tolhem esse processo. Em escala bem menor, migrantes brasileiros com a mesma motivação têm sido encontrados no Uruguai e no oriente boliviano.

No meio, estão as populações pobres que protagonizam as características próprias da frente de expansão, derrubando a mata, iniciando cultivos de subsistência com base em técnicas tradicionais, basicamente a chamada "agricultura de roça" ou de coivara: derrubada da mata, queima, preparo da terra e plantio. Quando a fertilidade da terra declina, depois de seis ou sete anos, há novo deslocamento. Encontrei nas frentes de expansão famílias inteiras que migraram de longas distâncias, não raro por meios precários. Como encontrei também, em Rondônia, famílias de genitores idosos que estavam vivendo seu sétimo deslocamento.

De vários modos, são todos migrantes, tecnicamente falando. Se tem havido muita violência, muita

privação, muita doença, muitas mortes, por períodos que são, de fato, os de maior vitalidade de toda uma geração, as frentes pioneiras acabam, não obstante, se estabilizando e criando núcleos civilizados nas grandes e populosas cidades que aí se formam. Vi com enorme surpresa Ariquemes, em Rondônia, antigo posto telegráfico e mero acampamento quando lá cheguei pela primeira vez, em 1977, transformar-se numa cidade moderna em pouquíssimos anos. Vi o mesmo em relação a São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. A primeira vez que fui a Conceição do Araguaia, no Pará, o aviãozinho da Votec descia praticamente na praça da Igreja. Hoje aquela é uma enorme cidade. Vejo essa expansão de maneira muito positiva e não posso deixar de confrontá-la com a situação dramática dos que escolheram a direção oposta para migrar: Em vez de irem para o interior e para as novas regiões, foram para as grandes cidades e viver a miséria das favelas, dos cortiços e não raro das ruas. Isso obviamente não quer dizer que todos os que migraram para as grandes cidades tenham sido alcançados por essa situação extrema nem quer dizer que todos os que acompanharam a frente pioneira estejam vivendo no melhor dos mundos. Mas o balanço é positivo em favor das novas regiões. Os migrantes foram desafiados a criar ali tanto a sociedade civil quanto o Estado, tanto a ordem quanto a lei, e essa é, sem dúvida uma experiência social e política que outros povos já não têm a possibilidade de viver.

Travessia: *No contexto do início do século XXI, ainda há lugar para se falar de "frentes de expansão"?*

J. S. Martins: Num país como o Brasil, ainda há oportunidades de ocupação territorial segundo esse modelo. Essas oportunidades vêm declinando quanto à frente de expansão, mas ainda é vigorosa no que se refere à frente pioneira. A enorme expansão da cultura da soja e da cultura do arroz, culturas essencialmente comerciais, tem sido o motor de alargamento do território econômico e o fator de surgimento de cidades modernas no interior do Mato Grosso e do Pará. A velocidade do deslocamento da frente pioneira tem anulado a possibilidade intermediária da frente de expansão e reduzido as oportunidades econômicas das populações pobres para as quais não há lugar permanente nos empreendimentos da frente pioneira. Isso explica a importância da luta pela reforma agrária e suas peculiaridades nas regiões de superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão, como acontece no Pará. É uma forma de assegurar direitos territoriais a populações que acabariam sem alternativas de vida em face da indisponibilidade de terras indígenas para invasão, o que decorre da maior sensibilidade da sociedade pela questão indígena e de maior responsabilidade do Estado quanto à tutela

dessas populações. As frentes de expansão tendem a ser bloqueadas e imobilizadas tanto pela reação das populações indígenas, hoje uma reação política e organizada, quanto também pelo maior interesse em expandir territorialmente as oportunidades econômicas do grande capital através do agronegócio. Esse dilatamento da frente pioneira não se dá unicamente em relação a terras "virgens". Se dá também em relação aos bolsões antigos de terra supostamente infértil em territórios já ocupados há muito tempo. Tem sido o caso do cerrado em Minas, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Novos conhecimentos científicos sobre essas terras e novos recursos tecnológicos, como sementes selecionadas e fertilizantes, tornaram esses bolsões novas e peculiares frentes pioneiras, terras baratas que podem produzir significativos resultados econômicos. Até empresas produtoras de soja estão se deslocando dos Estados Unidos para o cerrado de Minas Gerais, onde as terras custam menos de dez por cento do que custam lá, produzindo, porém, o mesmo resultado econômico. Aproveitam nossa liberalidade no acesso a direitos territoriais, privando a economia brasileira da oportunidade de que o país retenha parcela maior da diferença de renda territorial entre as duas economias. Nessas frentes pioneiras, tanto o agronegócio quanto a agricultura familiar alimentam a sua lucratividade com a chamada renda diferencial da terra, um sobre-lucro que se agrega ao lucro capitalista normal ou compensa perdas decorrentes dos custos de transporte dos lugares mais distantes para os mercados de destino.

Portanto, há ainda um espaço para expansão dos setores economicamente mais modernos da economia que dependem de novos territórios para isso. E território, nessa perspectiva, não significa apenas nem simplesmente extensão territorial: significa também localização e *distância econômica* entre o ponto de produção e o mercado de destino. Esse fato movimenta também a frente de expansão e a revitaliza, sobretudo nas áreas de decadência econômica, que também há. Esse é um fato histórico: quando a economia da borracha entrou em crise e os seringais foram abandonados pelos seringalistas, as terras, no Pará e em outros lugares, foram ocupadas por posseiros e a frente de expansão se alargou. O mesmo vem acontecendo em algumas áreas do Nordeste, de São Paulo e do Paraná. Não raro, as organizações de sem-terra têm induzido trabalhadores a ocuparem justamente essas terras abandonadas ou subutilizadas, estabelecendo ali uma dinâmica econômica e social característica da frente de expansão.

Travessia: *Você abordou nos seus estudos a questão do encontro com o "outro" na fronteira. Como você colocaria essa questão a partir do ponto de vista do migrante?*

J. S. Martins: A questão da alteridade sempre foi muito problemática nesses deslocamentos territoriais de populações étnica e culturalmente diferentes. O momento mais dramático, e até trágico, foi sem dúvida o dos anos setenta e oitenta. As revoltas indígenas atenuaram a tragédia e de algum modo ajudaram muito na criação de uma cultura do reconhecimento dos méritos, virtudes e direitos das populações indígenas. O mesmo não aconteceu com os posseiros da frente de expansão, basicamente porque duplamente estigmatizados: de um lado, como inimigos reais das populações indígenas; de outro lado, porque definidos como inimigos reais do progresso econômico.

As populações indígenas tinham e têm, no geral, no seu sistema conceitual, uma clara definição do outro e de si mesmas e até desenvolveram esquemas de inserção da figura do branco opressivo, invasor e violento no seu imaginário. No sistema conceitual xavante, por exemplo, o branco está classificatoriamente situado na mesma categoria da onça, um animal destrutivo e predador.

De certo modo, as populações pobres da frente de expansão também têm uma definição, embora menos rica, do outro, a população indígena. Essa definição vem da cultura missionária católica dos tempos coloniais. Ainda é muito comum encontrar no vocabulário dos pobres da frente de expansão a distinção entre "cristão" e "pagão", entre batizados e não batizados, entre "nós" e "eles". Nessa distinção, o branco batizado desconhece a humanidade do índio que, por essa razão, é classificado na mesma categoria dos não humanos, sendo portanto, de certo modo, animal de caça. Nos anos setenta ainda se realizavam expedições de caça e extermínio de índios, como aconteceu na perseguição aos índios Uru-éu-uau-uau, de Rondônia, por parte de colonos que haviam se instalado em terras indígenas: uma das famílias teve um filho morto e outro, criança, raptado.

Não é mais civilizada nem é generosa a visão que os agentes do grande capital empreendedor têm tanto de índios quanto de posseiros. Nos anos setenta, há uma geração portanto, os grandes fazendeiros das novas fazendas do Mato Grosso chegaram a propor que o governo colocasse os índios recém contatados sob tutela das empresas, para que pudessem trabalhar e se tornar "úteis" para o país, algo como o regime dos índios administrados que teve vigência no período colonial e instituiu a escravidão indígena. E a prática do trabalho escravo em relação a populações que procedem da própria frente de expansão, ou de bolsões residuais dessa frente nas várias regiões do país, é bem indicativa de uma concepção do ser humano em que o outro não se distingue do mero animal de trabalho.

Travessia: *Apesar de a fronteira ter sido palco de conflitos para a conquista e a posse da terra, o que se tem observado, freqüentemente, é que muitos daqueles que conquistam a posse, em seguida põem-se de novo em processo de mudança, às vezes em busca de uma nova fronteira. Como pensar e lidar com essa mobilidade constante dos camponeses?*

J. S. Martins: Mesmo nas áreas em que o governo promove a regularização fundiária e concede ao posseiro o título de terra, no intuito de fixá-lo, tem sido comum a revenda de lotes e o deslocamento do assentado. A venda é completamente irregular e por lei o praticante dessa irregularidade deveria ficar definitivamente fora da possibilidade de novo assentamento. No entanto, as coisas não ocorrem desse modo. O governo reluta em tomar medidas disciplinares e repressivas contra os que infringem, desse modo, a lei e os direitos de todos. Em alguns assentamentos do Norte, sessenta por cento dos lotes foram revendidos irregularmente. Com isso, o beneficiário da reforma agrária se torna o seu principal inimigo. Isso mostra que um número possivelmente grande de beneficiários da reforma se comporta como o latifundiário combatido por aqueles que apóiam a reforma: é que ao vender demonstram que não estão interessados em *terra de trabalho*, mas em *terra de negócio*, terra para ser vendida, para dela se extrair apenas renda fundiária especulativa. Essa conduta configura uma modalidade de parasitismo completamente incompatível tanto com a modernização econômica e social do país, quanto com a luta pelos direitos sociais das populações pobres do campo.

Considerando que os assentamentos e a regularização têm um custo para o país e para o governo, trata-se de apropriação indébita, trata-se de um roubo, e como tal deveria ser punido. Mesmo que fosse uma punição educativa, com a finalidade de cercear o alastramento dessa modalidade de delinquência praticada em nome dos legítimos direitos sociais dos pobres. Trata-se de um delito ingênuo que, no entanto, lesa o país e lesa os que de fato precisam de terra para trabalhar. A falta de autoridade na reforma tem facilitado essa irregularidade, em parte alimentada pela cultura da migração, a que me referi, uma instabilidade culturalmente arraigada e de difícil controle.

Um caminho certamente antipático seria o de apertar o torniquete da reforma, sendo o governo mais seletivo e rigoroso, até mesmo na punição daqueles que assim agem. Não há possibilidade de fazer reforma agrária sem levar em conta que, em todas as partes, a reforma é um instrumento da ordem. Não só da ordem política, mas também da ordem social. Nesses casos o que temos é pura desordem e a reforma agrária convertida num sistema de esmolas que é, certamente, o mais caro do mundo. A reforma perde aí o sentido. A

revenda de lotes, sem dúvida, expressa também um mecanismo de transferência de renda, porém iníquo e socialmente inútil, além de ser economicamente irracional e predatório. E o suposto beneficiário da transação ilegal acaba retornando ao “trecho”, como se diz em algumas regiões, à estrada, a “cachorra” nas costas, a matula nos ombros, em busca de um destino adiante, quando o destino já ficou para trás.

Travessia: *Você também é uma das autoridades sobre o trabalho escravo. Como se coloca a relação entre fronteira e trabalho escravo, atualmente, no Brasil?*

J. S. Martins: A frente de expansão e, sobretudo, a área de superposição de frente pioneira e frente de expansão, tem sido o lugar por excelência da prática da peonagem, ou escravidão por dívida. Como a economia da frente de expansão não é uma economia regulada diretamente pelas regras da racionalidade do capital e da reprodução capitalista ampliada e, portanto, a produção não é aí apoiada no trabalho propriamente assalariado, os empreendimentos que estão chegando com a frente pioneira têm procurado tirar vantagem do atraso próprio da frente de expansão: relações sociais tradicionais e atrasadas, mentalidade pré-política, maior vulnerabilidade do trabalhador de perto e de longe. O trabalho escravo não é apenas expressão da voracidade do capital; ele é também expressão da fragilidade e do atraso do trabalhador.

Mas o trabalho escravo não é um fenômeno característico ou exclusivo da frente de expansão. Essa modalidade de exploração ilegal do trabalho tem seu pleno sentido no próprio processo de reprodução ampliada do capital que se materializa e se multiplica com a expansão territorial. O trabalho escravo não é, portanto, uma sobrevivência do passado, mas uma expressão e uma virtualidade do próprio capitalismo e da própria sociedade moderna. Por isso, deve ser combatido e temido. Justamente por isso, também, apesar de ter o Brasil hoje um eficiente e ativo programa de combate ao trabalho escravo e de termos tido significativas reduções no número dos trabalhadores submetidos a cativeiro (uma queda de cerca de quatrocentos mil nos anos setenta para cerca de vinte e cinco mil na atualidade, segundo informe do atual governo às Nações Unidas), a tendência tem sido a do contínuo reaparecimento dessa prática, até mesmo em áreas e regiões inesperadas, como as de agricultura intensiva já estabilizada ou áreas de reflorestamento.**

* *José de Souza Martins é Professor Titular aposentado do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP e membro da Junta de Curadores do Fundo Voluntário das Nações Unidas contra as Formas Contemporâneas de Escravidão.*

** As perguntas, ao entrevistado, foram feitas por escrito no dia 12 de abril de 2004 e as respostas foram enviadas à Travessia no dia seguinte, também por escrito.

Imigrantes, Fronteira e Agricultura nas Matas do Vale do Mucuri - Minas Gerais

*Eduardo Magalhães Ribeiro **

Mucuri

O vale do Mucuri, situado a nordeste de Minas Gerais, foi uma extensa e duradoura fronteira agrícola entre inícios do século XIX e meados do século XX. Seu povoamento ocorreu principalmente por levas de migrantes originários do alto vale do Jequitinhonha e, depois dos anos 1890, por baianos e mineiros do vale do rio Pardo. Por conta dessas migrações o Mucuri viveu um processo acelerado de povoamento: entre 1860 e 1920, sua população passou de 4.000 colonos para 160.000 habitantes, cresceu 4.000% em 60 anos, e, embora seja possível supor um forte crescimento natural, a maior parte dessa expansão deve ser creditada mesmo à migração.

A região era uma mata compacta - até os dias de hoje os moradores do alto Jequitinhonha referem-se ao Mucuri como a *mata*: a floresta atlântica cobria terras muito férteis,

úmidas na maior parte do ano, de topografia muito movimentada e bem irrigada por córregos e rios. Dadas a abundância de recursos naturais - frutos, madeira, peixe, caça, pedras preciosas, fertilidade - e, ao mesmo tempo, as dificuldades de acesso, essas matas foram os últimos refúgios de muitas nações indígenas, que enfrentaram duros combates, militares e culturais, até desaparecerem nessa nação que convencionou-se chamar brasileiros.

Essas riquezas do vale do Mucuri - pedrarias, terras férteis e índios para serem preados - atraíram muitos empresários, aventureiros e negociantes para lá. Dentre os empresários o mais famoso foi Teófilo Benedito Ottoni, um misto de empresário, político, visionário e etnógrafo. Na década de 1850 ele empenhou nessas matas suas energias, capitais e esperanças numa Companhia de Comércio e Navegação que teve a duração que permitiram os recursos

peçoais e a capacidade de articulação política do empreendedor. Ottoni e a Companhia tentaram navegação, comércio e exploração de madeiras; mas a lógica da autarquia econômica das regiões mineiras e as adversidades da mata derrotaram-no em todas as frentes. Ao final, tentou estabelecer uma iniciativa de colonização na mata, e embora investisse muito esforço e capitais na empreitada, também não obteve sucesso financeiro. Foi, porém, a principal base da sua notoriedade no futuro e será o assunto das páginas seguintes deste artigo.

Este artigo analisa alguns aspectos da experiência desses colonos na fronteira agrícola que era na época o vale do Mucuri. Ele é resultado de pesquisas em fontes literárias da região, principalmente monografias e memórias locais, que fornecem um amplo painel desse encontro entre os imigrantes e a mata.

Os colonos na fronteira

A década de 1850, sob vários pontos de vista, foi chave na história brasileira. A crise da escravidão, que até então fora e durante ainda quase três décadas continuaria a ser a base do trabalho produtivo no país, carecia de soluções que começaram a ser efetivamente encaminhadas nessa década. De um lado, foi encaminhada pela Lei de Terras, que excluiu os pobres do acesso à terra própria, e forneceu os fundamentos para os nossos intermináveis problemas agrários; de outro lado foi encaminhada a solução imigrantista para a questão do trabalho e do povoamento. Acreditava-se, na época, que o imigrante poderia não só melhorar - pelo *branqueamento* e

europização - a população brasileira, como igualmente poderia fornecer os braços necessários para substituir o escravo. Por isso, várias experiências de assentar imigrantes foram tentadas; entre elas a tentativa de colonização do Mucuri (Viotti da Costa, 1982; Martins, 1979).

A Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri era uma sociedade por ações, Ottoni era sócio majoritário e a verdadeira alma do negócio. Quando suas esperanças de montar uma navegação ativa no rio Mucuri fracassaram, e o comércio vindo daí não prosperou, resolveu vender terras da Companhia a imigrantes europeus. Estes, com algum apoio da empresa, poderiam fazer vicejar o comércio na região. Ele desejava que os europeus custeassem sua viagem e comprassem terras. Porém, para atrair imigrantes, os agenciadores eram pouco criteriosos; exageravam as maravilhas brasileiras, como na circular que a Agência Beaucourt distribuiu na Europa para seduzir camponeses para o Mucuri:

“Lá chegados receberão cada um cem mil braças quadradas de terras já cultivadas, bem como habitação, estábulos para os animais, instrumentos para a agricultura e gado de todas as qualidades. Os carpinteiros, pedreiros, marceneiros podem ganhar, no mínimo, treze francos por dia e trabalhar em outras terras. (...) Para dar uma idéia das vantagens que os emigrantes encontrarão, e cuja explicação minuciosa seria muito longa, acrescentaremos aqui que a caça e a pesca, que em toda a parte são severamente proibidos ou custam muito caro, lá são livres e de grande benefício para os colonos.” (Ribeyrolles, 1941: 121)

Foi assim, com Ottoni traído por

contratadores de imigrantes, e colonos traídos pelo desconhecimento do país, que acabaram chegando ao Mucuri europeus desesperançados e endividados. A Companhia precisou custear sua viagem, desembolsar adiantamentos de mantimentos, sementes e utensílios domésticos. A maioria deles começou sua vida no Brasil com dívidas, explorando um meio que não conheciam, sofrendo da incompreensão da língua ao desconhecimento do bicho-de-pé. Nessas circunstâncias difíceis, uma seca assolou o Mucuri, uma epidemia de febres atingiu suas margens e um médico e viajante alemão, que não gostava muito de Ottoni, levou à Côte, no Rio de Janeiro, que na época era capital do país, imigrantes europeus doentes ou moribundos. Isto foi a gota d'água para o governo cortar créditos da Companhia, encampá-la, e deixar os colonos livres das dívidas com Ottoni, mas entregues a si mesmos num meio que, absolutamente, desconheciam (Ribeiro, 1998). Alguns anos depois, um pesquisador, viajando pela região, faria um relato desanimador:

“A companhia faliu; os colonos desapontados em suas esperanças, desertaram aos magotes, e hoje o Mucuri está arrastando uma existência miserável.” (Hartt, 1941: 159)

Dai por diante essa população imigrante teve que arranjar-se para conviver com o meio e a sociedade brasileira. A dificuldade pode ser percebida em memórias de colonos ou pioneiros brasileiros, que descreveram as desventuras dos colonos, principalmente alemães. A dívida com a Companhia ou o governo brasileiro, a natureza misteriosa da mata, os preconceitos brasileiros, deixaram os europeus atordoados, sem mercados, cercados por concorrentes que

produziam no lote do lado o mesmo produto; sofreram, enfim, a feroz estabilidade econômica que travou por muitos anos a expansão de colonos e da própria região.

A floresta deslumbrava os recém-chegados. O cenário grandioso, a extraordinária fertilidade, a liberdade para usar os recursos animavam os viajantes a ponto de levá-los a descrever a mata do Mucuri como uma espécie de Jardim do Eden. Esse deslumbramento aparece em relatórios de cônsules, pesquisadores e funcionários públicos. O príncipe alemão Wied, por exemplo, descreveu assim a mata:

"(...) tanto quanto a vista pode alcançar, tudo, até o horizonte longínquo, é coberto, sem interrupção de matas sombrias. (...) imagine-se uma floresta erma em que um bando de homens constitua um posto avançado solitário, suficientemente providos pela natureza com o indispensável à vida, graças à abundância da caça, peixes e água potável; mas, ao mesmo tempo, devido ao afastamento dos lugares povoados, entregues inteiramente aos próprios recursos, e adstritos a ficar em guarda constante contra os selvagens da floresta, que os rodeiam por todos os lados." (Wied, 1989: 183/191)

Esse maravilhamento inicial, aos poucos, seria substituído por uma ação mais pragmática. Querendo produzir alimentos ou gerar renda no comércio, os pioneiros passavam a ter uma atitude pouco respeitosa com os recursos naturais, e nessa ação devastadora iam guerreando a mata; ao contrário dos indígenas que usufruíam a mata e retiravam dela seu consumo modesto, colonos - e aí pouca diferença fazia serem europeus ou nacionais - esforçavam-se para redesenhar a

paisagem da fronteira, para deixá-la compreensível depois de organizada a partir de parâmetros que consideravam humanos. O hino composto e cantado na inauguração de Filadélfia, que depois tornou-se a cidade de Teófilo Ottoni, e da rodovia Santa Clara, cortada na mata entre Filadélfia e o porto de vapores na divisa de Minas Gerais e Bahia, é uma feliz expressão dessa disposição de espírito:

"A foice, o machado, a serra e o malho, / irmãos e amigos, são nossos troféus / gentil Filadélfia, nasceu do trabalho, / bendita dos homens, bendita dos céus!" (Tettero, 1922:16)

Do contato ao conflito, à negociação e, por fim, à vitória dos colonos sobre a mata, às vezes levava décadas. Variaram em intensidade de uns para outros personagens: de acordo com a sua percepção do ambiente, de acordo com o ambiente por si mesmo. Em geral é possível conhecer o meio onde a população se estabeleceu e o tipo de exploração que instituiu, mas difícil atualizar a maneira como foram negociadas as relações entre migrantes e meio; basicamente porque esse não é um sentimento documentado. Mas no caso do Mucuri há oportunidade para fazer isso com os colonos por conta da quantidade de impressões que ficaram registradas. Elas permitem entender como foi enfrentada a mata desde a *abertura* pioneira, da qual participaram colonos de origens, experiências, trajetórias e recursos muito diferentes: europeus, chineses, nacionais, além, óbvio, dos índios, que enfrentaram os colonos na pior de todas as guerras. No Mucuri, europeus não fizeram na mata nada de muito diferente daquilo que os migrantes nacionais faziam. Por isso, sua história é um exemplo ótimo para refletir sobre culturas, diversidades e superioridades culturais.

O estranhamento do meio

Recém-chegados ao Brasil, passado o deslumbramento inicial, os europeus se decepcionaram. Nos anos 1950, comemorando os 100 anos da imigração européia, Max Rothe publicou um livro com as memórias das misérias que viveram. A mata, depois do primeiro contato, foi uma grande decepção:

"Ah, como era tudo tão diferente do que imaginara... Então aquele emaranhado de árvores, cipós e vegetação rasteira, que crescia ao longo do rio, era a tão decantada mata virgem?" (Rothe, 1956: 52)

Viria daí os sofrimentos provocados pelo meio desconhecido. Atingidos pela seca de 1859, europeus que não sabiam coletar na natureza morriam de fome ou cozinhavam capim para comer. Padeciam com as doenças, e, desde Santa Clara - que era seu ponto de entrada na mata - sofriam com as mais insignificantes pragas tropicais:

"(...) vi um homem quase desesperado. Desatou uma atadura que tinha em um pé, e mostrou-me dois dedos horripelmente mutilados pelos bichos dos pés, que ele não tinha sabido convenientemente tratar(...)". (Ottoni, 1860: 64)

Certamente um dos melhores exemplos dessas dificuldades iniciais é o caso da banana, que teria acontecido entre Teófilo Benedito Ottoni e a família Roedel, colonos recém instalados. Ottoni presenteou-os com três bananas maduras e, algum tempo depois, perguntou a opinião deles sobre a fruta que desconheciam. Responderam que banana era muito boa para comer, mas não servia para

guardar nem para plantar: eles comeram uma, armazenaram outra e enterraram a terceira no chão.

Na alimentação, então, essa adaptação ao meio foi muito mais difícil. As anotações de Bruno Marx, europeu chegado às matas do Mucuri no século XIX, revelam como os colonos viveram uma brutal revolução no cardápio:

“Desconhecendo o solo, clima e regime da lavoura brasileira, muito diferente do sistema europeu, ao qual estavam habituados, tiveram os primitivos colonos, amargas decepções. Mas a sua perseverança e seu ânimo forte venceram, e afinal eles se transformaram em verdadeiros mestres da agricultura, para os posteriores imigrantes. As donas de casa e mães, tiveram também seus problemas, no que respeita à culinária. Muito diverso do daqui, era o cardápio da terra natal. Ali era hábito, oferecer pratos diferentes, todos os dias, mas aqui, na floresta virgem, era feijão e arroz, e arroz e feijão. Um naco de toucinho, arroz ou carne, eram nos primeiros tempos petiscos tão raros que, aquele colono que os tivesse vez ou outra sobre a mesa, teria sido considerado esbanjador.” (Rothe, 1956: 47)

Mas foi, certamente, o primeiro pastor da comunidade evangélica do Mucuri, Hollerbach, quem melhor refletiu em suas cartas sobre as dificuldades para estabelecer-se na mata desconhecida. Sua vida, a partir da chegada em 1862, foi um martírio: sofreu com o cardápio, as chuvas torrenciais, a floresta impenetrável, a falta de dinheiro que reduzira sua dieta ao mínimo indispensável. Sofria, além disso, com o meio que destruíra suas roupas, meias, lenços, deteriorava seus alimentos, quadros e, por fim, seus livros eram devorados por traças e

cupins. Essas dificuldades na vida e nas finanças espelhavam-se no campo da fé e o pastor fazia as mais amargas reflexões sobre seu rebanho perdido na floresta:

“(...) quando tenho diante de mim uma média de apenas 60 ouvintes, sinto-me tentado a dizer para mim mesmo: -Teu assunto está esgotado; ou: - Os teus sermões aniquilaram as personalidades, ou ainda -Teus sermões não prestam. Se tivesses lançado a verdadeira semente, as avezinhas viriam em maior número. Quem sabe esse insucesso não é um sinal de Deus de que devo procurar um outro campo missionário? No caso de eu abandonar esse campo, poderia levar anos até vir outro pastor para cá, pois as referências sobre a Sibéria não podem ser piores do que aquelas que o viajante recebe sobre o Vale do Mucuri, ao aportar no Rio de Janeiro.” (Rothe, 1956: 22)

A correspondência do pastor Hollerbach trata dessa dificuldade de convívio que ele suportou com paciência variável; mas fez sua pregação em toda a colônia e espalhou grande número de descendentes pela mata. Certamente cumpriu com muito acerto sua missão, pois conquistara até o respeito dos frades franciscanos, que além de católicos eram holandeses, e sempre referiram-se a ele com os maiores elogios.

Preconceitos

A adversidade do meio era completada pela solidão, pela falta de normas que regulassem a vida desses migrantes na fronteira. Por conta disso, a fronteira costuma ser muito associada à violência sobre as pessoas,

que refletia e extrapolava a violência física e moral usada para impor mandos e trabalho.

Para os europeus, esse começo de vida no Brasil, foi uma travessia difícil nesse aspecto. Chegavam para lidar com a terra, numa sociedade aparentemente aberta de fronteira, mas fortemente marcada pelo mando escravista e pela tradição patronal que marca o Brasil desde o início da colonização. Assim, além do exótico da língua e da cultura, enfrentaram o mando local, que considerava aquela agricultura familiar praticada por eles uma esquisitice; perdidos nas selvas, empobrecidos material e tecnicamente, deviam enfrentar a brutal incompreensão das elites fazendeiras da região.

Existem muitos registros desse destrato ao colono europeu, que só passou a ser valorizado no Mucuri depois dos anos 1950, e até meio equivocadamente, por creditar a eles façanhas que não fizeram e omitir sua extraordinária capacidade de sobrevivência. Nos relatos de final de século XIX, principalmente, a posição do imigrante nada recebia de gloriosa. Por exemplo, na ata de uma exposição agropecuária realizada em 1874, reproduzida pelo memorialista Godofredo Ferreira (1934), o europeu aparece como equivalente a “pobre”, fazendeiro equivalente a “rico”, e posseante e agregado como equivalentes a “nacional”. Na ata há uma forte distinção entre colonos e fazendeiros, mas a distinção não é só por ter ou não escravos ou agregados, embora isso seja importante; é, também, por condição, por nacionalidade - os alemães recebiam certa desqualificação, eram tratados nos documentos num misto de tolerância e asco - e pelo tipo de atividade. E a ata revela o caráter patronal do preconceito: produtos expostos pelos fazendeiros eram de

escala larga: algodão, café, fumo, aguardente; produtos de colonos eram alimentares básicos e artesanais, como feijão, cerveja, *laranjinha* e bordados, e às vezes caprichavam no exótico, como trigo, nabo, pêssego, mas no conjunto não se podia notar que havia diferença grande entre a sua e a pauta produtiva de lavradores mineiros pobres. O fato mesmo é que eles levaram à exposição produtos cotidianos, produtos do trabalho, produtos do seu trabalho; os fazendeiros brasileiros levaram resultados do trabalho dos outros.

Desses imigrantes para o Mucuri, talvez mais que os europeus, foram discriminados os chineses. A Companhia do Mucuri abriu uma estrada de rodagem na mata - ligando o ponto final de navegação fluvial com o interior da fronteira - com trabalho de escravos e chineses; estes, foram *importados* pelo Ministério do Interior e contratados por Ottoni. Sua condição de trabalho era pouco diferente da escravidão; a posição social também: recebiam uma paga miserável e a outra parte do pagamento era em arroz, ópio ou aguardente. Em alguns relatórios Ottoni valorizava o trabalho desses chineses, escrevia que fora uma ótima aquisição por terem custado apenas o preço da passagem marítima e renderem bastante no trabalho.

Os testemunhos que outros autores deixaram desses imigrantes, porém, revelam as condições e os maus-tratos a que eram submetidos. Frei Samuel Tetteroo (1922), Godofredo Ferreira (1934), Ribeyrolles (1941) e frei Olavo Timmers (1969) referem-se a essa situação. Robert Avé-Lallemant deixou um relato do seu encontro com eles:

“-O que fazem esses chineses hoje? - perguntou o Dr. Ernesto ao português [o feitor]. E ele respondeu, com toda a franqueza,

que só trabalhavam bem quando os sovavam bastante (...) Prosseguimos viagem e, depois de uma boa hora, deparamos com longa fila de chineses, guiados por um feitor munido dum cacete, que, depois do descanso do meio-dia iam continuar o trabalho iniciado pelos negros. Poderiam ter 50 a 60 chineses, na maioria moços, fortes, de menos de 30 anos e bem parecidos. (...) Todos tinham enrolado o comprido rabicho em volta da cabeça, como fazem as mulheres (...).” (Avé-Lallemant, 1980: 185)

Esses migrantes chineses permaneceram no Mucuri e viveram um intenso processo de miscigenação, como, aliás, ocorreu com todos os colonos na fronteira. Talvez este processo tenha sido mais acentuado na Colônia Militar do Urucu, que inicialmente era um povoado indígena; no meio do século XIX, foi instalado lá um destacamento de soldados *brasileiros* - indivíduos de várias origens que eram batizados e falavam português - para pacificar os índios. Pouco tempo depois chegaram imigrantes europeus, principalmente holandeses, mas também portugueses, suíços e alemães. Ao final da década de 1850 chegaram os chineses, livres dos contratos de trabalho da Companhia do Mucuri, e, depois chegaram migrantes do alto Jequitinhonha.

As origens diversas dos migrantes para a Colônia deram ocasião a encontros exemplares. Seus arquivos cartoriais guardam documentos como o casamento, em 1871, de João Chin, natural de Cantão, na China, com Matilde Catarina, filha de Manuel Bugre e Ana Maria Kalle de Prússia; eram casamentos entre alemães, holandeses, chineses, índios e portugueses, e batismos

multinacionais: Manuel Gazinelli Chin, João Chin Garcia. Os chineses estabeleceram-se pelo Mucuri, desapareceram como grupo na mata nos finais do século XIX. Frei Olavo Timmers ainda recolheu a história de Mariquinha van der Maas, filha de Higinio Cantão China e Luíza Pereira de Souza, viúva de Jacobino van der Maas, moradora dessa Colônia. Mariquinha contava que sua mãe retirava cascas de sapucaia, massambé e jequitibá, e as cozia, usando o produto para tingir roupas na tinturaria que a família montara.

Brasileirando

Como os chineses, os outros colonos também acabaram adaptando-se às matas, realizando uma intensa negociação cultural com a natureza, que, finalmente, chegou a bons termos quando ela acabou. No início da imigração Ottoni observara isto:

“Gesnitz, Neumam pai, Neumam filho, Thomaz, Frantz, Baldow, Fricke e Samye. São oito famílias que plantaram este ano 14 alqueires de milho, e por entre a milharada, cana, café, mandiocas, inhames, batatas e todas as miunças que fartam a casa do agricultor.” (Ottoni, 1858: 132)

Portanto, plantavam não só a roça de milho: mas a roça de milho junto com as *miunças*, como as roças dos nativos, as roças de *três andares*, com plantas de raízes, plantas rasteiras e plantas arbustivas, todas consorciadas. De sorte que esses colonos na verdade ajustaram à mata o muito pouco que sabiam antes, mas aprenderam a coletar, a fazer a *lavoura de tocos* que convinha àquele meio: derrubar a mata, queimar, coivarar e colher o mesmo milho, feijão e *carirus* que sustentavam os brasileiros. Anos

depois de encerrada a imigração européia, um viajante se assustava por encontrar no mato o sujeito que, acreditava, não podia estar ali, pois vinha do

“susto que a gente leva, quando ao entrar numa tapera caindo aos pedaços, esbarra com um ariano de olhos azuis, acorocado com o cigarro de palha entre as mãos, a falar mole com o sotaque caipira, cheio de filhos ancilostomados e nus.” (Paternostro, 1937: 248)

Há, dessa mesma época, uma fotografia que mostra colonos europeus em trajes de domingo posando ao lado do motivo de orgulho: a fabulosa raiz de mandioca, o melhor símbolo da dita lavoura do caboclo e de uma antropofagia cultural. A montaria da mulher que aparece na foto é à européia, masculina; não usa o inseguro silhã, que foi a marca da montaria feminina na região, pois se acreditava que era recomendável que as mulheres viajassem com as pernas fechadas. Ao fundo da foto, entre a folhagem da capoeira despontam as embaúbas: a marca de mata secundária, de terra em pouso no sistema de *derrubada-e-queima* para fazer *roça de coivara*.

Os colonos do Mucuri terminaram por fazer as pazes com a mata: acabaram até, chineses e protestantes, batizados e casados na Igreja Católica, ou praticando um luteranismo suspeito, que mantinha em casa imagens de santos, fazia promessas e rezava o terço, conforme contou frei Sabino Staphorst (1985). Suas técnicas, cultura, produtos e dietas acabaram por não ter nenhuma diferença com os colonos nacionais.

Esses colonos, nessas fronteiras, caracterizam bem aquilo que Celso Furtado (1980) denominou de a *“regressão à economia de*

subsistência” sofrida por imigrantes no Brasil. Mas a questão que ainda permanece é, talvez, outra: teria sido possível transplantar sistemas de exploração e técnicas empregadas em outros ambientes e países para essa fronteira da mata? Esses e outros colonos acabam, efetivamente, por serem também um pouco - ou muito - colonizados pela mata, pelo meio, pelos novos costumes que foram obrigados a negociar com a mata desconhecida. Em quase todas as situações de fronteira, colonos têm a mesma limitação, que começa com um enfrentamento bruto e termina num acordo negociado ou com o fim da fronteira. Nesse caso não foram transplantados sistemas de exploração da terra, não houve melhoria nos sistemas produtivos com a chegada de imigrantes. Pelo contrário, foram eles que se adaptaram a sistemas de plantio e coleta da natureza que já eram correntes na população nativa, que por sua vez sofrera das mesmas dificuldades para construir e negociar suas técnicas com o meio, que é um ativo gerador de respostas; a fronteira e o meio são tão sujeitos da história quanto os homens e mulheres.

** Eduardo Magalhães Ribeiro é Economista, Professor da Universidade Federal de Lavras/MG.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVÉ-LALLEMANT, R.
(1980) *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte/Itatiaia, São Paulo/EDUSP.
- FERREIRA, G.
(1934) *Os Bandeirantes Modernos*. Teófilo Otoni.
- FURTADO, C.
(1980) *Formação econômica do Brasil*. Décima sétima edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- HARTT, C.F.
(1941) *Geologia e geografia física do Brasil*. SP, Cia Editora Nacional.
- MARTINS, J.de S.
(1979) *O cativo da terra*. São Paulo, HUCITEC.
- OTTONI, T.B.
(1858) *“Notícia sobre os selvagens do Mucury”*. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXI.
- OTTONI, T.B.
(1860) *“Relatório apresentado aos acionistas da Companhia do Mucury no dia 10 de maio de 1860”*. Rio de Janeiro, Tipografia do Correio Mercantil.
- PATERNOSTRO, J.
(1937) *“Padrão de vida em Minas Gerais. Inquérito sobre o modo de viver dos camponeses numa área do norte do Estado de Minas Gerais.”* São Paulo, *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, volume 39.
- RIBEYROLLES, C.
(1941) *Brasil Pitoresco*. São Paulo, Martins.
- RIBEIRO, E.
(1998) *O cavaleiro e as selvas: as aventuras de Teófilo Benedito Otoni, o Mucuri e o Jequitinhonha no século XIX*. Belo Horizonte, Formato.
- ROTHER, M.
(1956) *100 anos de imigração alemã em Teófilo Otoni*. Ijuí, C. Serrano.
- STAPHORST, Frei S., ofm.
(1985) *Vinte e cinco anos no Brasil*. Belo Horizonte.
- TETTEROO, Frei S., ofm.
(1922) *Notas históricas e corográficas sobre o município de Teófilo Otoni*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial.
- TIMMERS, Frei O., ofm.
(1969) *“O Mucury e o Nordeste Mineiro no passado e o seu desenvolvimento segundo documentos e notícias recolhidas por frei Olavo Timmers”*. Belo Horizonte, manuscrito. (Documento do Arquivo Público Mineiro).
- VIOTTI DA COSTA, E.
(1979) *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Segunda Edição. São Paulo, Ciências Humanas.
- WIED, M., Prinz von.
(1989) *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP.

A FRONTEIRA AMAZÔNICA NO GOVERNO VARGAS

Campanha da borracha e mobilização de trabalhadores

María Verónica Secreto *

Em linhas gerais, a história da exploração da borracha é conhecida. A borracha estava, desde o fim do século XIX, destinada a transformar-se em um item importante das exportações brasileiras dado o crescimento da produção de veículos com motores de combustão interna que revolucionou a indústria no século XX.

A seringueira, árvore de cujo látex se faz a borracha, é originária da região amazônica. Sendo a borracha um produto extrativo, sua exploração apresentava limites, dentre os quais destaca-se o recrutamento da mão-de-obra. Isso condicionava a oferta da borracha que não conseguia acompanhar a crescente demanda. A partir do final do século XIX, mais precisamente no ano de 1892, verificase a tentativa, por parte de Henry Wickham, de se fazer frente a este problema através do contrabando de algumas mudas da *hevea brasiliensis* para a Grã Bretanha. No Kew Garden, Jardim Botânico de Londres, foi aclimatada e dali transferida para as possessões britânicas no Ceilão e para as possessões holandesas em Java,

lugares onde foi cultivada de forma sistemática.

Segundo Celso Furtado, podemos desdobrar a produção da borracha em duas etapas: a primeira, desenvolvida inteiramente dentro do território amazônico, representou uma solução de emergência ao problema da oferta e caracterizou-se pelos preços crescentes, que atingiram um patamar médio de 512 libras a tonelada; a segunda, que incorporou a produção do Oriente, organizada em bases racionais, conseguiu regularizar o fornecimento do produto ao mercado a partir da Primeira Guerra Mundial e caracterizou-se pela redução dos preços a algo inferior a cem libras a tonelada. (Furtado, 1979:130).

HENRY FORD E SUA FORDLÂNDIA EM TERRAS AMAZÔNICAS

No período entre guerras, Henry Ford teceu a idéia de produzir, ele mesmo, borracha de forma racional e sistemática no território amazônico. Se a empresa iniciada por Henry Wickham, em 1892, conseguira

baratear a produção da borracha a um custo inferior a cem libras a tonelada, Ford cogitava abastecer suas indústrias por muito menos.

A “espionagem agrícola” de Henry Wickham levou a seringueira para o Ceilão, Malásia e Java, prévia experiência de aclimação. Processo que acontecia com todas as espécies vegetais que eram transportadas de seus lugares de origem a outros. Lembremos que o produto de maior exportação brasileira do século XIX, o café, também teve que ser aclimatado. Originário da Etiópia, passou para a Holanda onde foi aclimatado no Jardim Botânico, de lá foi para França, e desta para suas possessões americanas. Segundo a tradição, em 1726 o Sargento Maior Francisco de Melo Palheta foi enviado do Maranhão para a Guiana Francesa. Desta viagem retornou ao Pará com algumas sementes e mudas, apesar da proibição expressa que havia, dando-se assim início ao cultivo do café no Brasil.

Henry Ford queria não depender mais dos preços que os ingleses e holandeses estipulavam. Se a iniciativa

de Wickham tinha dado lugar à maior plantação de borracha do mundo, o que não poderia fazer ele no lugar onde a planta era autóctone? Foi baseado nessa idéia que solicitou ao governo brasileiro terras no Tapajós para sua empresa agrícola. Este lugar, e não outro da região amazônica, foi escolhido porque tinha sido aí que Wickham colheu as famosas mudas. (Moog, 1978: 18)

Vianna Moog comenta que a cidade construída no Pará foi, na realidade, montada, pois tudo (casas, hospitais, cafeterias, *drugstores*, areia para as quadras de tênis, serraria, etc.) foi transportado dos Estados Unidos. Ford não somente cultivaria sistematicamente a borracha, mas também o faria da forma americana de fazer as coisas. (Moog, 1978:18-19).

Quando a empresa começou a demonstrar algum sucesso, isto é, após terem sido plantadas um milhão de mudas e estas, transcorridos dois anos, terem dado sinais de grande vitalidade, já não havia dúvidas de que a empresa seria bem sucedida.

Do ponto de vista social, o modelo também se apresentava como exemplar: os “caboclos” que trabalhavam para Ford, em número de três mil, aproximadamente, tinham casa com até três quartos, água encanada, hospital e recebiam pagamento de dez a vinte vezes superior ao que costumavam pagar os coronéis do lugar. Não obstante tudo isso, um motim explodiu ao grito de “*Abaixo o espinafre!*” (Moog, 1978: 18-21). Não vamos analisar aqui a natureza desse motim, mas é bom lembrar as afirmações de João Reis e Márcia Aguiar. Estes autores salientam que as chamadas “revoltas da fome” demonstram que não se pode estabelecer uma relação direta entre revolta e fome, pois “alguns episódios de *food riots* tiveram lugar em épocas de relativa abundância alimentar,

associados a um temor dos consumidores quanto à permanência da bonança”. (Reis & Aguiar, 1996: 134) Ou, como no complexo caso da Fordlândia, em que os trabalhadores se revoltaram contra uma série de imposições advindas da “forma americana de vida”, que envolvia, por parte dos trabalhadores, desde a rejeição ao espinafre até a rejeição da casa quente construída sobre o chão e não sobre palafitas.

E, para colmar a situação de caos na Fordlândia, o milhão de seringueiras plantadas definhava ao sol. Qual era o problema? A seringueira, na Amazônia, cresce de forma natural entre outras árvores, sob suas sombras. Às árvores de Ford estava faltando sombra e umidade. O resultado não podia ser outro, em 1946 Ford se retirou do Brasil. Cite-se, ainda, que a partir de 1944 passou a existir a borracha sintética e que, desde 1942, os Acordos de Washington - firmados durante o Estado Novo com os Estados Unidos - previam o incremento da produção de borracha no velho esquema: atividade extrativa, com recrutamento de mão-de-obra e péssimas condições de trabalho. Entre as instituições criadas pelo Estado Novo para resolver este problema podemos destacar o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.

Estabeleceu-se uma relação, no mínimo, peculiar entre o regime do Estado Novo e os trabalhadores nordestinos engajados para a região amazônica para a exploração da borracha, trabalhadores que foram conhecidos como “soldados para a borracha”, uma referência à conjuntura bélica na qual se encaixava esta política.

VARGAS E OS SERTÕES

Para alguns autores, a Revolução

de 1930 significou o rompimento com o ordenamento que privilegiava a política agrário-exportadora. O sucesso do modelo econômico e de desenvolvimento através da substituição de importações dependia do alargamento do mercado interno. Este garantiria o desenvolvimento econômico e permitiria romper com a dependência das flutuações do mercado internacional. Condenava-se, assim, o predomínio da política agrário-exportadora. Para o bom sucesso deste plano seria necessária a intervenção do Estado em matéria de: infra-estrutura viária e mercado de trabalho, e, no caso específico aqui analisado, também o incentivo à mobilidade da fronteira, incorporando amplos “espaços vazios”, bem como reunindo os diversos núcleos demográficos isolados: “*Assumindo assim a ideologia da fronteira ou bandeirantismo, de suma importância na tática governamental.*” (Linhares & Silva, 1999:103-109, grifo nosso).

O campo deveria atender às necessidades que a nova regulação econômica exigia. Planejou-se uma ampla base urbana e fabril: “*a partir das cidades conquistar o campo*”. Linhares & Silva falam em uma *incorporação imaginária* do trabalhador rural. A opção por este tipo de incorporação deveu-se à impossibilidade de fazê-lo nos mesmos moldes do urbano. Esta impossibilidade esteve marcada pelas implicâncias políticas que significaria abrir uma duplo frente: organizar o trabalho fabril e libertar o trabalhador rural do plantacionismo.

Essa incorporação imaginária mobilizou um grande número de intelectuais e artistas populares: sambas, poesias, romances, ensaios, pinturas foram produzidas durante o período. Produções que retratavam o homem de campo, o retirante, o lavrador. A imagem do campo como

sinônimo de atraso, típico da República Velha, deixava lugar a outras representações. Não todos os que trabalharam nesta linha foram intelectuais orgânicos, alguns já vinham trabalhando nesse sentido, como Tarsila do Amaral ou Portinari, para mencionar dois artistas muito conhecidos da década de 1920.

A PROPAGANDA DO VARGUISMO

Falamos, acima, em incorporação imaginária de um setor da sociedade, dos sertanejos ou dos trabalhadores rurais, e para abordar esta, como outras dimensões da construção da nação, devemos entrar num tema crucial para o Estado Novo: a propaganda.

A propaganda política vale-se de idéias e conceitos transformados em imagens e símbolos. A principal referência da propaganda é trabalhar com elementos de ordem emocional. “Neste sentido, onde política e cultura se mesclam com idéias, imagens e símbolos, define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações políticas” (Capelato, 1998: 36). Esta perspectiva, diz Capelato, relaciona-se com o estudo dos imaginários sociais.

Durante o primeiro governo Vargas surgiram os primeiros órgãos de propaganda oficial, cuja finalidade também envolvia controle e repressão às idéias contrárias, mas foi com o Estado Novo que surgiu o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão vinculado diretamente à Presidência da República, que não só se ocupava do controle e repressão, isto é, a censura, mas também da difusão e divulgação das mensagens propagandistas. Em 1940, o DIP teve seu poder ampliado com a instalação, em todos os estados, de um Departamento Estadual de

Imprensa e Propaganda – DEIP.

Exemplo claro de difusão ideológica foi a criação da revista *Cultura Política - Revista Mensal de Estudos Brasileiros* - responsável pela produção do discurso do Estado Novo. Dentre as idéias veiculadas através da revista, encontramos a da *Marcha para Oeste*, cujo maior ideólogo foi Cassiano Ricardo, mas que não esteve sozinho nesta tarefa, contando com um grupo heterogêneo de colaborações: Péricles Melo Carvalho, Nelson Werneck Sodré, Ademar Vidal, Herberto Sales, etc.

Como dissemos a propaganda política trabalha com idéias e conceitos transformados em símbolos e imagens. Um destes conceitos/símbolos utilizados pelo Estado Novo foi o da bandeira e o bandeirismo. A bandeira, na versão de Ricardo, esteve adormecida entre seu período de ouro e o século XIX, quando reviveu com o café e, no século XX, com o Estado Novo, que encarnava o espírito da bandeira, e com Getúlio Vargas, o líder bandeirante. A bandeira, afirmava Cassiano Ricardo, permitia o reencontro do Brasil consigo mesmo ou, do Estado com as evidências bio-democráticas. O novo regime, o Estado Novo, teria parentesco com o grupo social histórico da conquista e com o caminho iniciado por esses, embora em forma muito rudimentar. (Ricardo, 1970:479).

Segundo Alcir Lenharo existe uma dualidade esquizofrênica na forma de percepção do Estado Novo sobre a relação campo/cidade. O sertão é tomado como reserva de brasilidade, onde se encontra a reserva moral do país, enquanto o litoral, ou as cidades, apresentam-se estandardizadas, mancomunadas com o capitalismo internacional e submetidas a sua influência dissolvente. O ato de marchar para Oeste implica não só a trajetória da regeneração, do encontro

com a pureza, com a “reserva moral”, mas também da marcha do litoral, da Nação, voraz, que levará até o sertão a civilização material e cultural. (Lenharo, 1986:72)

Mas essa esquizofrenia de que fala Lenharo, ou melhor, essa dualidade litoral/sertão, não aparece por primeira vez com Cassiano Ricardo. “A divisão natural do Brasil em litoral e sertão dá origem a uma tese de longa persistência, a de “dois Brasis”, reafirmada com intensidade pelos integralistas dos anos 20 e 30, quando opõem o Brasil litorâneo, formal, caricatura letrada e burguesa da Europa litoral, e o Brasil sertanejo, real, pobre, analfabeto e inculto”. Esta mesma divisão reaparece nas imagens do “oeste” e do “centro”, formuladas politicamente durante o Estado Novo, diz Marilena Chauí. (2000:67-68)

A teoria de Ricardo sobre as bandeiras, sobre o destino bandeirante do brasileiro, sobre a reserva de capital moral que representava o oeste, sobre o profundo sentido da brasilidade, os “dois Brasis”, ou a dualidade costa/oeste já tinha uma trajetória consolidada nas construções intelectuais e formava parte do imaginário ou, dito de outra forma, do senso comum.

Através da história o Estado pode mobilizar um povo que compartilha um passado, em que tempo e território têm um papel fundamental. Havia um erro nas origens das elites políticas no tratamento dos tempos e do espaço, o que estava sendo remediado pelo Estado Novo. (Gomes:1996:141)

A CAMPANHA DE RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES NORDESTINOS: OS SOLDADOS DA BORRACHA

A ocupação da Malásia pelo Japão

colocou os aliados em graves problemas para a provisão de borracha, tanto para a indústria bélica como para a destinada ao consumo civil. A política pró-aliada de Osvaldo Aranha cristalizou-se nos Acordos de Washington pelos quais, entre outras coisas, o Brasil se comprometia a fornecer um máximo de borracha num mínimo de tempo. Para atingir este fim era imprescindível recrutar grande número de trabalhadores.

A propaganda para mobilizar os trabalhadores para a Amazônia teve duas dimensões: uma nacional e outra local. Na dimensão nacional a batalha pela borracha se encaixava no programa *Marcha para Oeste*. Na revista *Cultura Política* podemos ver alguns argumentos importantes para a criação de consenso nacional sobre a expansão das fronteiras internas. Em 1941 Carvalho dizia: “Quem examinar o panorama que nosso país oferece no momento (...) vê, com pesar, que durante longos anos se processou no país o inverso do objetivo colonizador da população rural para as cidades litorâneas do leste”. (Carvalho, 1941:15). Explicava este movimento da população reconhecendo que os trabalhadores rurais estavam privados do “progresso dos operários das cidades do litoral”. A legislação social, continuava, só poderia ter começado nos centros urbanos para avançar nas esferas rurais em um momento posterior. Carvalho salientava a importância do Departamento Nacional de Imigração na tarefa de encaminhar os trabalhadores rurais para lugares onde sua falta se fazia sentir “no seu respectivo habitat”. Com o movimento de internalização dos trabalhadores buscava-se afastar as tensões sociais no campo. Carvalho lembrava que no ano anterior, 1940, o DNI tinha encaminhado 8 mil trabalhadores nordestinos para os

seringais do Alto Amazonas e do Território do Acre, e isto, antes dos acordos de Washington. Com isso, criava-se a ilusão de que se tratava de um programa geral de colonização de um território vazio e não de uma estratégia providenciar mão-de-obra barata para a elite agrária amazônica. (Guillen, 2002: 73 e 79)

Na esfera local, a emigração de nordestinos para a Amazônia era uma questão que contava com uma longa tradição e alguns debates. Um dos destinos mais procurados pelos nordestinos nos períodos de seca, mas não apenas nestes, era o Norte, especialmente os estados do Pará e do Amazonas. (Secreto, 2003). A propaganda para recrutar trabalhadores explorou algumas idéias do imaginário, desejos e emoções, através de símbolos e de um discurso direto e apelativo.

O Serviço Especial de Mobilização Trabalhadores recrutou trabalhadores no Nordeste brasileiro para encaminhá-los rumo à Amazônia. Na mobilização de trabalhadores, alguns elementos míticos das representações sociais e ambientais desempenharam um papel fundamental. Aproximadamente 50 mil nordestinos foram contratados para trabalhar como seringueiros, dos quais estima-se que 20 mil morreram em consequência da malária, da febre amarela e das condições de trabalho.

CARTAZES E OUTRAS PEÇAS DE PROPAGANDA

Em artigo recente, Carlo Ginzburg analisa um cartaz famoso que todos já vimos alguma vez na sua versão original ou, nas imitações que correram o mundo. Durante a Primeira Guerra Mundial, Lord Kitchener, secretário de guerra de sua majestade britânica, realizou um chamado às armas



Domínio Público



Domínio Público

mediante um cartaz que teve como resposta um alistamento voluntário sem precedentes. No cartaz aparecia Lord Kitchener numa perspectiva que deixava seu dedo gigante num primeiro plano apontando ao espectador. Trata-se, segundo Ginzburg, de um dos cartazes mais eficazes da história, prova disso foi a adaptação feita pelos EE.UU. e pela URSS, em que apareciam Tio Sam e Trotsky, respectivamente. (Ver imagens 1 e 2).

A imagem no cartaz britânico era acompanhada por estas palavras: *Teu rei e teu pais te necessitam*, ou *Kitchener quer mais homens*, *Quero você*, etc. “A representação da autoridade atuou como a própria autoridade”. A que se deveu o sucesso, pergunta-se Ginzburg, ou melhor, a que se deveu sua eficácia? Ginzburg constrói a resposta através do conceito de “fórmula de emoção” de Warburg. Não entraremos aqui nos detalhes da análise, mas é importante salientar que para um cartaz deste tipo, de recrutamento de homens, tenha sucesso, ele deve comover, deve despertar anseios ou apelar moralmente, deve acordar antigas emoções.

O pintor suíço Jean Pierre Chabloz que nasceu em 1910 e que emigrou para o Rio de Janeiro em 1940, foi o encarregado de realizar a propaganda oficial do SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia). Depois de uma residência de quase três anos no Rio de Janeiro, fixou-se em Fortaleza, encarregando-se, imediatamente, de criar os cartazes e outros materiais de incentivo ao alistamento dos que passaram a ser chamados de “soldados da borracha”.

Diz Abraham Moles que o cartaz constrói, sobre a base da simplificação necessária, um novo quadro de símbolos pertencentes à nossa cultura. As faces coradas da criança de boa saúde, a transparência da água mineral, etc., são símbolos elementares aceitos por todos. São símbolos “axiomaticamente evidentes, com conotações estereotipadas, que vão constituir-se em uma linguagem simbólica das imagens”. (Moles, 1974:25)

Uma das preocupações do Estado Novo, manifestada através de sua campanha *Marcha para Oeste*, era a do movimento migratório dos sertões

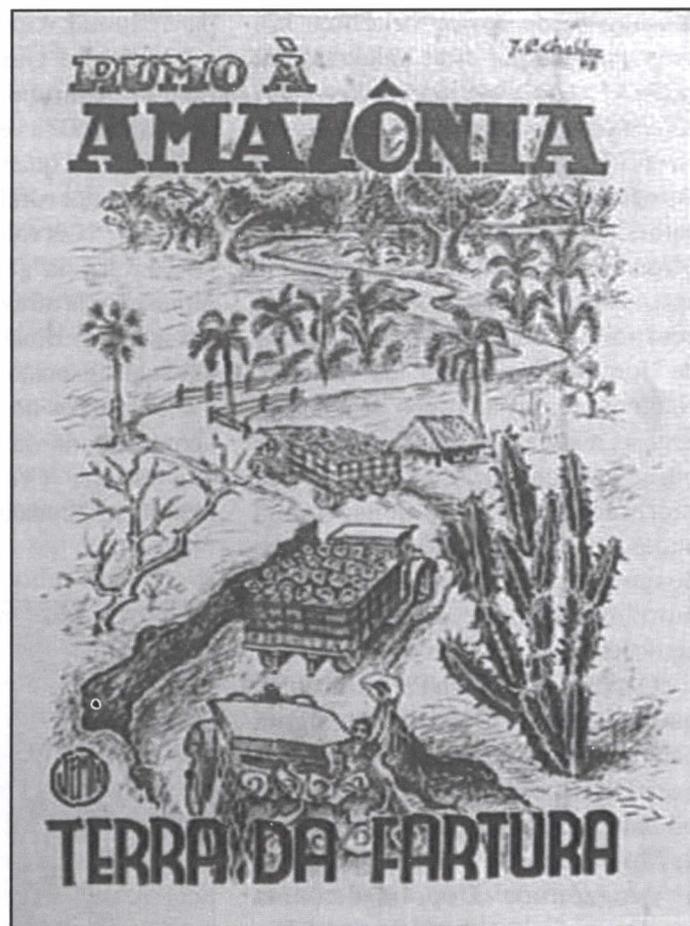
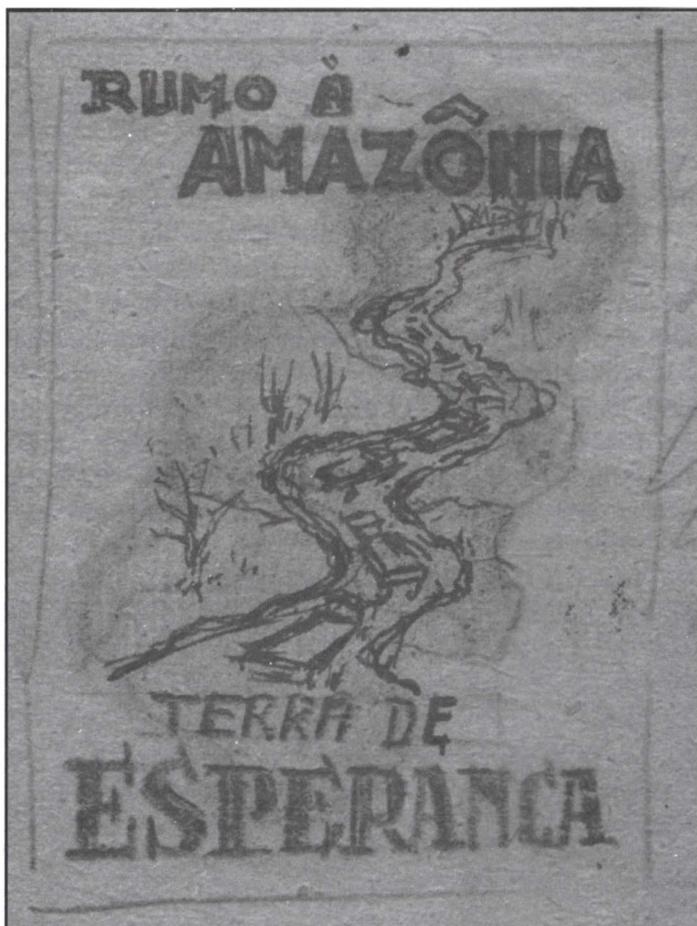
para o litoral, expressa claramente nas palavras de Carvalho: “Corrente migratória dirigida no sentido inverso da marcha que a verdadeira civilização indicava”, ou quando diz: “encaminhar o trabalhador rural para seu respectivo ‘habitat’.” (Carvalho, 1941:18-20). Na conjuntura da guerra, esta idéia foi representada através de uma imagem: um mapa do Brasil, onde se observam soldados dispostos ao longo do litoral e seringueiros no interior amazônico, acompanhado da frase: *Cada um no seu lugar!* (Ver imagem 3). A mensagem “cada um no seu lugar” não

está falando somente da conjuntura específica do momento – soldados na defesa do litoral e seringueiros nas florestas extraindo látex – mas reporta-se a uma realidade mais ampla, qual seja, do lugar dos homens do litoral e do lugar dos homens do sertão, do lugar dos homens da cidade e do lugar dos do campo. Está dizendo que no Brasil de Vargas cada um tem um lugar e era desejável que isto fosse assim!

Podemos nos aproximar do processo criativo de Chabloz através do bosquejo do cartaz *Rumo à Amazônia*. É evidente que ele quer

Desenho de Chabloz / Museu de Arte da UFC - escaneado por N. O. Ferreras





Desenhos de Chablotz / Museu de Arte da UFC - escaneados por N. O. Ferreras

explorar o seqüidão da paisagem nordestina, contrapondo-a à uberidade amazônica. A migração se apresenta, nesta representação, como um percurso entre dois pontos: um seco, de formações vegetais tortuosas e com espinhos e outro, verde e frondoso. Se a secura é a pobreza, a umidade é a riqueza, por isso, a *esperança* se transforma em certeza, em *fartura*. (Ver imagem 4). Neste caso, está-se explorando uma série de elementos que formam parte do imaginário do sertanejo; de fato, entre 1872 e 1900, segundo Furtado, 500 mil nordestinos se mobilizaram para a região amazônica (Furtado, 1979:121) e o fizeram em grande medida com a ilusão de enriquecer na terra da *fartura*. Mas não só o elemento de atração é importante nesta representação, também o é o fator de expulsão - a

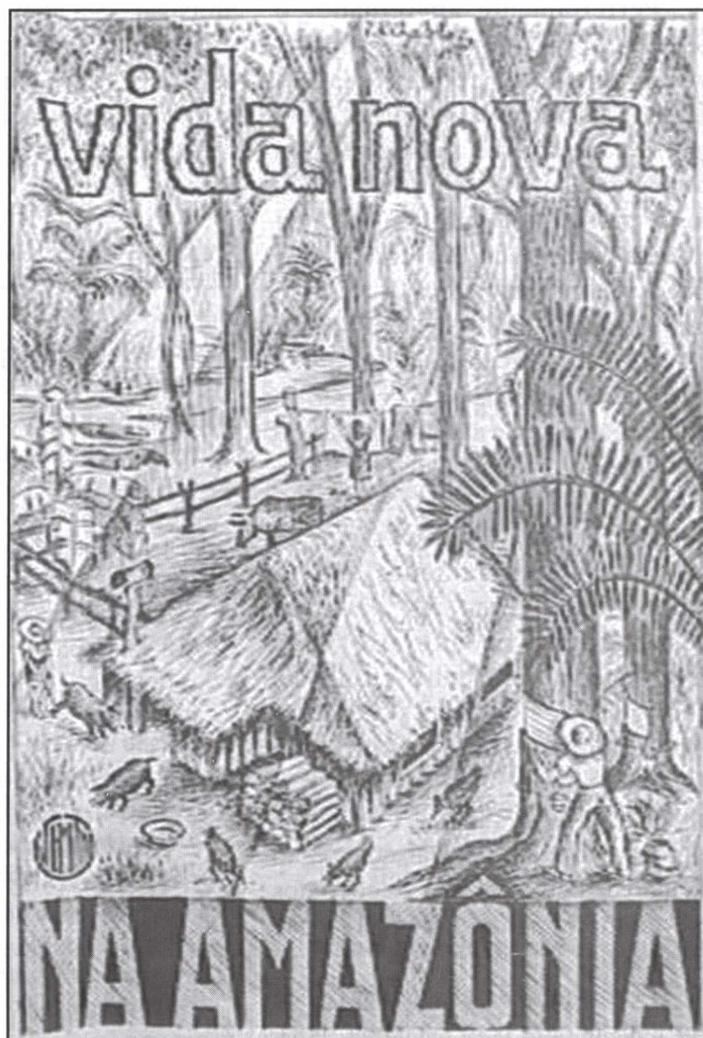
secura. A uberidade amazônica cumpre a mesma função que as “faces coradas da criança de boa saúde”.

Enquanto grupos de trabalhadores vão para a Amazônia, e na seqüência que vínhamos analisando, para a fartura, o espectador do cartaz é o espectador da cena ilustrada por Chablotz que vê passar os caminhões, para ambos é a frase: *vai também para a Amazônia protegido pelo SEMTA*. O espectador da representação de Chablotz é um caboclo de pés no chão, um homem forte que está sem fazer nada, que está em condições de ser um trabalhador recrutado e “protegido” pelo SEMTA. Devemos destacar que os trabalhadores encaminhados eram selecionados através de exames médicos. (Ver imagem 5).

Uma imagem idílica da floresta amazônica começou a surgir dos

cartazes de Chablotz. Num deles, *Vida Nova na Amazônia*, a exploração de borracha aparece como uma atividade de “fundo de quintal”. Toda a cena é idílica e indica fartura: casa, lenha, porcos, galinhas, boi, e para completar o quadro, uma mulher pendurando roupas brancas no varal. Inclusive a densa floresta amazônica não é tão fechada e deixa passar alguns raios de sol. (Ver imagem 6).

O trabalhador recrutado recebia um enxoval composto por uma calça de mescla azul, blusa de morim branco, chapéu de palha, um par de alparcatas de rabicho, uma caneca, um prato fundo, colher e garfo, uma rede e um saco de estopa. Este enxoval foi desenhado por Chablotz e anunciado com as seguintes palavras: *Equipamento de viagem fornecido pelo SEMTA*. (Ver imagem 7). Assim



Desenhos de Chablos / Museu de Arte da UFC - escaneados por N. O. Ferreras

como o soldado tinha sua indumentária, também a tinha o trabalhador “protegido e conduzido” pelo SEMTA. No desenho aparecem nove itens. Observe-se que Chabloz escolheu esta representação, das peças soltas, e não a de um trabalhador vestindo e carregando seu equipamento porque esta última seria mais sintética. No cartaz o equipamento aparece como um grande conjunto de coisas.

“Perfeitamente aparelhado, o SEMTA alista, transporta, hospeda, veste, alimenta, ampara, trata e defende, por todos os meios, o homem que se entrega aos seus cuidados, afim de prepará-lo para o trabalho – sadio, forte, produtivo”, dizia um texto da extensa propaganda de recrutamento. Era o que mais se parecia a “direitos trabalhistas”. Também existia um contrato, mas este não era cumprido. “Para a elite amazônica, o contrato de trabalho apregoado não passava de um instrumento de propaganda” (Guillen, 2002: 79). O Decreto-Lei 4.841 de 17 de Outubro de 1942 outorgava ao seringueiro alguns direitos que, se comparados com as práticas costumeiras imemoriais, não representava verdadeiro avanço: o seringueiro podia cultivar mantimentos em torno do abarracamento, colher produtos silvestres e caçar. Também estabelecia a proporção da distribuição do produto líquido da borracha. Mas os contratos existiram e isso fez, de alguma forma, diferença.

A campanha de alistamento pode ser considerada bem sucedida, pois, como dissemos, 50 mil trabalhadores foram encaminhados para os seringais; mas, do ponto de vista social, foi um fracasso, visto que, aproximadamente, 20 mil não voltaram. Provavelmente morreram vítimas de doenças, da má alimentação e dos maus tratos dos patrões.

Os trabalhadores rurais permaneceram excluídos das leis trabalhistas, mas não do discurso oficial. Linhares e Silva afirmam que, a inclusão simbólica dos trabalhadores rurais, desde o início da Revolução de 30, representa peça-chave da desestruturação do plantacionismo, por um lado e, por outro, da articulação da nova regulação econômica. (Linhares & Silva, 1999: 109). Mas também forma parte de uma justificativa propagandista com objetivos claros e utilitaristas: mais borracha em menos tempo! E, “Cada um no seu lugar!” foi a forma encontrada para manter as diferenças entre os trabalhadores urbanos e rurais.

* *María Verónica Secreto é do Dpto. de História da Universidade Federal do Ceará.*

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, Péricles Mello
(1941) “A concretização da ‘Marcha para o Oeste’”. In: *Cultura Política*, Rio de Janeiro, Ano 1, Nº 8, Out.
- CHABLOZ, Jean Pierre
(2003) *1910-1984 - Pinturas e Desenhos*. Edições Pinakothek.
- CHAUÍ, Marilena
(2000) *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Perseu Abramo.
- CAPELATO, Maria Helena
(1998) *Multidões em cena – Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus.
- FERREIRA, Jorge Luiz
(1997) *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- FURTADO, Celso.
(1979) *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.
- GOMES, Angela de Castro
(1996) *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- GINZBURG, Carlo
(2003) Fragmento de “Tu país te necessita: un estudio de caso en la iconografía política”. Publicado en *History Workshop Journal*, 2001. Trad. de José E. Burucúa, Clarin, 12 de Julho.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins
(2002) “Cidadania e Exclusão social: a história dos soldados da borracha em questão”, In: *Trajetos*, nº 2, vol 1.
- LENHARO, Alcir
(1986) *Sacralização da política*. São Paulo, Papyrus.
- LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira
(1999) *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Campus.
- MOLES, Abraham
(1974) *O Cartaz*. São Paulo: Perspectiva.
- MOOG, Vianna
(1978) *Bandeirantes e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- REIS, João & Aguiar, Márcia
(1996) “‘Carne sem osso e farinha sem caroço’: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. *Revista de História*, nº 135, 2º semestre.
- RICARDO, Cassiano
(1970) *Marcha para oeste. (A Influência da bandeira na formação social e política do Brasil)*. Rio de Janeiro, Editora da USP/Livraria José Olympio Editora, Vol. 2.
- SALES, Herberto
(1945) “Erros que a marcha para o Oeste reparará”. *Cultura Política*, Ano V, nº 53.
- SECRETO, María Verónica
(2003) “Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do Século XIX”. *Trajetos*, nº 4, (no prelo).
- SODRÉ, Nelson Werneck
(1942) Fronteira Móvel (à margem do pensamento do Presidente Getúlio Vargas). *Cultura Política*, Ano II, nº 18.
- VIANA, Christiane
(2003) “A saga dos soldados da borracha” in: *Universidade Pública*, Ano III, nº 17, jun/jul.
- VIDAL, Ademar
(1943) “Os movimentos nordestinos de emigração”, *Cultura Política*, Ano III, nº 23.

CRUZANDO A LINHA

Um olhar de fé sobre a fronteira EUA-México

Daniel Groody *

(Traduzido do inglês por Heitor Castoldi, cs)

Em maio de 2003, policiais encontraram os corpos de 18 imigrantes indocumentados dentro de um veículo abandonado em Victoria, Texas. Desidratados devido a um traiçoeiro percurso, eles tinham sido sufocados pelo excessivo calor de um trailer sem ventilação após terem sido empacotados como sardinhas. Eram homens, mulheres e até mesmo um menino de seis anos, oriundos de Honduras, México e Guatemala. Como muitos outros, tinham deixado seus lares, famílias e culturas para, nos Estados Unidos, encontrar os empregos que entre os nacionais quase ninguém mais quer, tais como: fazer trabalhos pesados nos campos, desossar frangos em aviários, limpar banheiros em restaurantes e muitos outros serviços difíceis, perigosos e mal remunerados.

Enquanto a história das mortes em Victoria, Texas, rende notícias internacionais, muitos fatos similares acontecem todos os dias ao longo da fronteira EUA-México. O sofrimento de tantos imigrantes na fronteira não é apenas um problema econômico, político e social, mas é igualmente um problema espiritual. É um desafio para a consciência das nações, e também nos leva a pensar onde, entre este trágico prejuízo de vidas e horrenda miséria humana, Deus poderia estar?!

A fronteira EUA-México tem aproximadamente 3.140 Km de extensão, e se estende desde as praias do Oceano Pacífico próximas a San Diego, Califórnia, às praias do Golfo do México próximas a Brownsville, Texas. Politicamente, é a divisa entre o México e os Estados Unidos. Economicamente, é a linha divisória entre a pobreza da América Latina e a prosperidade dos Estados Unidos. Para os pobres da América Latina, que ganham três dólares por dia ou menos (e mesmo empregos de baixa remuneração estão escassos), a perspectiva de emigrar para os Estados Unidos e ganhar quatro dólares por dia ou mais é muito atraente.

Diariamente, milhares de imigrantes tentam entrar para os Estados Unidos ilegalmente através da fronteira sul. Incapazes de obter a documentação apropriada devido a razões políticas e econômicas, estes imigrantes, em seu desespero, andam através de áreas desoladas para contornar longos e intransponíveis muros, câmeras de fiscalização, tecnologia militar e os olhos vigilantes dos agentes da patrulha de fronteira. Eles transpõem altas montanhas e atravessam desertos inóspitos e sem água para chegar aos Estados Unidos. Alguns ficam sem comida e sem água ao longo do caminho e nunca chegam ao seu objetivo. Outros são

hospitalizados com vários tipos de doenças relacionadas ao calor. Outros ainda são presos, postos em centros de detenção para imigrantes e, finalmente, deportados. Alguns, milagrosamente, conseguem chegar ao seu destino unicamente para encontrar um rol inteiramente novo de desafios que os aguarda numa terra estranha e desconhecida. Devido às crescentes políticas restritivas em relação ao controle da fronteira, que têm forçado os imigrantes a enfrentar riscos ainda maiores para entrar nos Estados Unidos, o pedágio da morte tem subido exponencialmente na última década. Entre 1961 e 1989, 80 pessoas morreram enquanto tentavam atravessar da Alemanha Oriental para a Ocidental na esperança de encontrar uma vida melhor e um futuro mais promissor no outro lado do Muro de Berlim. Entre 1995 e 2003, mais de 2.500 imigrantes morreram enquanto tentavam atravessar a fronteira EUA-México na esperança de encontrar uma vida melhor e um futuro mais promissor nos Estados Unidos. Hoje, em média, morre um imigrante por dia tentando atravessar do México para os Estados Unidos.

A situação dos imigrantes indocumentados pode ser politicamente complexa, mas não deixa de trazer à mente as palavras de Mateus 25, onde Jesus fala do

juízo das nações:

"... Pois eu estava com fome e vocês me deram de comer, estava com sede e me deram de beber, era estrangeiro e me receberam em sua casa, estava sem roupa e me vestiram, estava doente e cuidaram de mim, estava na prisão e foram me visitar" (Mateus 25, 35-36).

Ao final, Jesus acrescenta: *'todas as vezes que vocês fizeram isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizeram'*.

Estudiosos podem continuar a debater o significado da expressão 'a um dos menores de meus irmãos', mas os paralelos entre Mateus 25 e a situação dos imigrantes mexicanos que se dirigem aos Estados Unidos hoje são impressionantes: famintos em suas pátrias, sedentos nos traiçoeiros desertos que eles cruzam, estrangeiros em sua nova terra, sem roupa depois de serem assaltados à mão armada pelas gangues de bandidos, doentes devido ao calor excessivo e aprisionados em centros de detenção, esses imigrantes manifestam de modo impressionante a presença de Cristo no mundo.

Pessoas e grupos procuram dar respostas individuais e coletivas à situação deles, respostas que por sua vez incorporam as obras de misericórdia que o Jesus de Mateus menciona. Grupos, tais como *Humane Borders*, colocam à disposição milhares de galões de água a cada ano para auxiliar os imigrantes em apuros. O grupo *Samaritan Patrol* envia voluntários treinados e uma equipe médica para ajudar os famintos e doentes. O grupo *Valley Missionary Program*, em Coachella, Califórnia, oferece refúgio e suporte comunitário para ajudar os imigrantes marginalizados a encontrar um lar numa terra estrangeira. E grupos de direitos humanos, tais como *Derechos Humanos*, procuram quebrar os

grilhões que aprisionam injustamente os imigrantes. Apesar destes esforços, os imigrantes indocumentados continuam sendo os mais vulneráveis da sociedade estadunidense. Embora seus clamores sejam frequentemente ignorados, embora suas vozes sejam de fato silenciadas em meio ao crescente interesse em relação ao terrorismo e à segurança nacional, suas narrativas podem enriquecer muito nossa espiritualidade cristã nos dias de hoje e nosso encontro com Cristo na sociedade contemporânea.

'Eu estava com fome e vocês me deram de comer'

Para a maioria dos imigrantes indocumentados que ingressam nos Estados Unidos vindos do México e da América Central, a decisão de deixar o lar começa com pontadas de fome. O emprego é escasso, os salários diminuem cada vez mais, o crescimento econômico é lento e a pobreza é generalizada. Especialmente nas zonas rurais, muitas famílias estão lutando simplesmente para sobreviver. Gustavo, de Cuernavaca, México, coloca isto desta maneira:

*"Às vezes meus filhos vêm a mim e dizem: 'Pai, eu estou com fome'. E eu não tenho dinheiro suficiente para comprar comida para eles. E não posso contar a eles que não tenho nenhum dinheiro, porque de fato não tenho. Eu mal consigo colocar feijão, batatas e tortilhas na mesa com aquilo que eu ganho. Se tiver sorte, posso ter o luxo de comer batatas fritas ou um pedaço de bolo uma vez por semana. E é assim. Eu me sinto muito mal, mas nada é pior do que ver seus filhos com fome olhar você nos olhos e saber que você não tem o suficiente para dar a eles."*¹

Mesmo a patrulha da fronteira

admite que 98% dos imigrantes indocumentados não são traficantes de drogas ou criminosos, mas pessoas que trabalham duro procurando um trabalho com o qual possam sustentar suas famílias. Atravessam o deserto porque têm de fazê-lo, arriscam suas vidas porque estão procurando trabalho, e é deste sofrimento que emerge uma profunda espiritualidade. Como John Annerino afirma, "Nada poderá parar estas pessoas honestas em sua busca por uma vida melhor: nem o mortífero deserto e nem a transformação da 'cortina de tortilha' em Cortina de Ferro."²

A polarização econômica entre México e Estados Unidos tornou-se mesmo mais clara para mim quando eu conversei com pessoas de ambos os lados da fronteira. No lado mexicano, um imigrante de nome Moisés disse-me que veio para a região fronteira *'procurando conseguir dinheiro suficiente para que minha família tenha pão para comer'*³. No lado norte-americano, longe apenas algumas milhas, conversei com uma mulher num recanto turístico de San Diego a qual disse que veio para a região fronteira *'procurando por uma especialidade de pão que eu não posso encontrar em nenhum outro lugar'*⁴. Minhas conversas com estas duas pessoas simbolizam a perturbadora realidade da fronteira, um lugar onde duas pessoas podem buscar o seu pão cotidiano a partir de dois diferentes pontos de partida: um, do desespero e privação; outro, da abundância e do luxo. A fronteira é um lugar onde o imigrante indocumentado e o residente legal podem habitar o mesmo espaço geográfico, embora vivam em dois mundos totalmente diferentes.

Para muitos imigrantes, a viagem para a fronteira México-EUA é uma viagem de Lázaro à porta do rico (Lucas 16, 19-31). Ou seja, significa

sentar fora dos portões, desejando ardentemente comer as sobras que caem da mesa econômica dos Estados Unidos. É impressionante constatar que no Evangelho de Lucas nós aprendemos o nome do homem pobre, Lázaro, mas nunca aprendemos o nome do homem rico. O nome 'Dives' aparece nos tempos medievais: 'dives' é a palavra latina para 'rico', usada na tradução da Vulgata. Assim, nós não sabemos o nome do homem rico, mas conhecemos bem o nome do homem pobre. Ao longo da fronteira mexicana, entretanto, acontece o contrário. Conhecemos os nomes dos ricos e famosos, mas os dos pobres são freqüentemente desconhecidos. Muitos daqueles que encontraram a morte no deserto são enterrados em cemitérios sem qualquer sinal, com apenas uma inscrição no tijolo que diz 'João Ninguém' ou 'Joana Ninguém'. Uma das mais importantes lutas em favor dos imigrantes, e a base de sua espiritualidade, é a busca pela dignidade humana. Embora eles experimentem uma fome de pão, sua fome principal é mais profunda: é a fome de serem reconhecidos e valorizados como pessoas criadas à imagem e semelhança de Deus.

'Eu estava com sede e me deram de beber'

Embora muitos imigrantes lutem contra a fome em suas pátrias, muitos outros morrem de sede quando fazem a traiçoeira jornada através dos desertos da Califórnia, Arizona, Novo México e Texas. Os imigrantes têm de caminhar em torno de cinquenta ou sessenta milhas (80 e 96 Km, respectivamente) sob temperaturas de mais de 49°C antes de alcançar as

principais rodovias e cidades. Tão intenso é o calor do sol que garrafas plásticas de água ressecam a tal ponto que se esmigalham como batatas fritas.

Tais condições levam muitos imigrantes a tomar medidas desesperadas em busca de água. Alguns quebram os cactus e sugam os fluidos de suas fibras. Outros bebem a água contaminada de açudes e de bebedouros de animais, infestados de toda espécie de parasitas e outros seres microscópicos que transmitem doenças. Alguns imigrantes, para sobreviver, recorrem ao artifício de beber a própria urina, ou mesmo aquela de animais das fazendas. 'Não é agradável', disse Daniel, 'mas quando você se depara com a possibilidade de morrer de sede, você faz o que tem de fazer'⁵.

Em meio a tanto desespero, é impressionante ouvir histórias da generosidade espontânea que o espírito dos imigrantes visivelmente expressa.

Quando Roberto cruzou o deserto, alguns anos atrás, encontrou um casal que estava caminhando há três dias. A água havia acabado e seus lábios estavam brancos. Eles andaram ao léu pelo deserto e estavam confusos, como zumbis, apresentando sinais de hipertermia e desidratação. Não raramente, imigrantes como Roberto, que sentem de perto a realidade do sofrimento, são sensíveis às necessidades dos outros. Roberto ofereceu ao casal a pouca água que ainda dispunha e salvou suas vidas. Quando indaguei Roberto sobre o acontecido, ele respondeu: 'Não foi um ato heróico, foi simplesmente uma ação que nasceu do coração; foi simplesmente a coisa certa que eu devia fazer'⁶.

Quando nós refletimos sobre a ação de Roberto, é interessante notarmos que em Mateus 25, nem os condenados ao inferno e nem os salvos reconheceram a presença de Cristo no

pobre. Nós, geralmente, pensamos que os virtuosos, como Madre Teresa de Calcutá ou Dorothy Day, devem ter um vívido senso da presença de Cristo entre aqueles que eles servem. Mas em Mateus 25 ouvimos: 'Senhor, quando foi que nós te vimos com fome e te demos de comer, ou com sede e te demos de beber?' (Mateus 25,37). Paradoxalmente, o justo não percebe como suas ações virtuosas são sacramentais. A história de Roberto revela uma espiritualidade que nasce em resposta àqueles que sofrem, sem o interesse do benefício pessoal, sem considerar a nacionalidade da pessoa, sem considerar até mesmo a si próprios ou seu futuro.

'Eu era estrangeiro e me receberam em sua casa'

Deslocados de seus lares, imigrantes que se dirigem para os Estados Unidos freqüentemente têm um sentimento de profunda separação de tudo aquilo que gostavam. Muitos deixaram para trás suas esposas, filhos e demais familiares para tentar a sorte nos Estados Unidos, que na sua imaginação representa a terra prometida. Porém, quando chegam, logo ficam desapontados. Mesmo quando conseguem obter um trabalho, freqüentemente espantam-se se seus empregadores simplesmente os vêem como corpos sem coração ou sentimentos, sem mente ou alma, valorizados unicamente por sua contribuição econômica e não por seu potencial humano e espiritual. Eles experimentam um sentimento de alienação em relação à cultura, família, sociedade, personalidade e mesmo Igreja.

Em virtude da humilhação que

muitos imigrantes experimentam, eles freqüentemente sentem que suas vidas são piores do que as dos cachorros. Na parábola do homem rico e Lázaro, Lucas diz que até mesmo os cães vêm lambendo as feridas de Lázaro (Lucas 16,21). Não é raro os imigrantes encontrarem mais coisas em comum com os cachorros do que com os outros seres humanos que estão longe da fronteira. Vejamos o que diz Miguel:

“Uma das piores coisas de ser um imigrante é o sentimento de discriminação, de ser controlados e tratados de maneira rude como se você fosse um escravo e humilhados porque você é um estrangeiro. Às vezes eu tenho a sensação de que mesmo os cachorros devem viver melhor do que nós, como eu sou a mais baixa forma de vida na Terra. Não há sentimento pior do que sentir que você não é merecedor de algo como ser humano.”⁷

Um dos maiores desejos dos imigrantes indocumentados é simplesmente o de serem acolhidos pelos outros numa sociedade que está constantemente reforçando sua inferioridade.

‘Eu estava sem roupa e me vestiram’

Um dos homens que quase morreu sufocado num trailer em Victoria, Texas, era um homem chamado Angel⁸. Depois que ele deixou a Guatemala e migrou em direção ao Norte com seu irmão e com sua irmã, sete gatunos os atacaram, amarraram e estupraram sua irmã bem à frente de seus olhos. Durante a viagem, outras três vezes foram atacados, roubados e até mesmo baleados por malandros. Numa ocasião, os gatunos tomaram todas as suas roupas, deixando-os quase nus, só de cuecas. Angel foi

espancado de modo tão forte que por quatro dias ele não conseguiu caminhar.

Alguns imigrantes como Angel não apenas perdem os seus bens, mas também sua liberdade. Para cruzar a fronteira, eles pagam pelos serviços dos ‘coyotes’, traficantes que cobram US\$ 2.000,00 ou mais para guiar os imigrantes na travessia da fronteira. Sem condições de pagar e vulneráveis também de muitas outras maneiras, eles se tornam presas fáceis da indústria de tráfico e exploração do trabalho. Quando conseguem chegar aos Estados Unidos, são empregados nas fazendas ou inseridos em redes de prostituição como recurso para poder pagar as dívidas. Isto os leva não apenas a serem destituídos de tudo, mas – o que é pior – escravizados! Depois que tudo lhes foi tirado, muitos imigrantes declaram que a única coisa que permitiu que eles perseverassem foi a sua fé e a esperança em Deus.

Quando eu encontrei Manuel, ele estava de pé, parado na beira da estrada, balançando garrafas plásticas de água. Ele acabara de percorrer sessenta milhas (aproximadamente 96 Km) pelo deserto, e quando ele não pôde mais continuar, seus amigos o abandonaram. ‘Foi horrível - disse ele - primeiro fiquei sem comida, depois fiquei sem água. Então comecei a rezar.’ Quando eu perguntei de que maneira ele rezava, ele disse: ‘Eu, de repente, percebi que o único amigo que eu tinha era Deus. Todos os meus outros amigos me abandonaram, mas eu percebi que Deus era o único amigo que nunca me deixaria.’ Falando mais de sua própria vida, disse que a compara com a de Jó que, como ele, perdeu seu lar, sua família, seus bens, sua saúde e inclusive seus amigos. “A história de Jó é a minha história! Jó é uma inspiração para mim. Apesar de tudo aquilo que Jó passou - continuou Manuel - ele nunca amaldiçoou a Deus.

De algum modo, tudo o que eu tenho aprendido na vida é como suportar o sofrimento, e Jó me desafia a ter fé em meio ao sofrimento.”⁹ Como Jó, imigrantes tais como Manuel percebem que eles vêm ao mundo nus e deixarão o mundo nus. É o tempo no meio destes dois momentos que é o mais difícil, quando mesmo a busca pelo pão cotidiano é uma constante luta.

‘Eu estava doente e cuidaram de mim’

Doença é uma constante para muitos imigrantes ao longo da fronteira. A maioria não está acostumada aos esforços físicos que a viagem exige, ou aos terrenos acidentados e desérticos. Cactus, *mesquite*¹⁰ e outras árvores espinhosas causam cortes e escoriações; as trilhas rochosas causam distensões, luxações e fraturas. Além disso, os imigrantes deparam-se com animais peçonhentos, tais como escorpiões e cascavéis, dos quais tentam prevenir-se, à noite, esfregando alho em seus corpos antes de deitar no solo desértico. Ferimentos, no deserto, podem ser fatais, uma vez que os *coyotes*, com freqüência, deixam para trás os feridos ou os membros mais fracos de um grupo, mesmo que isso represente a possibilidade de morrer.

As mais sérias doenças, entretanto, resultam das altas temperaturas, que podem exceder os 49° C à sombra. Tais condições levam à desidratação, incapacidade para urinar, pulsação fraca ou rápida, vômito e diarreia. Câimbras acometem as pernas, braços e parede abdominal, e os imigrantes começam a sentir dores de cabeça, tontura e perturbações psíquicas. O corpo começa a perder sua capacidade de se esfriar e, se não tratar, a pessoa

pode perder a consciência.

Depois de quatro dias no calor do deserto, César contou-me um pouco de como ficou doente:

“Eu não podia ouvir direito. Eu comecei a ouvir um zumbido em minhas orelhas e comecei a ficar tonto. Minha boca tornou-se seca a ponto de eu não poder salivar... Eu não conseguia provar até mesmo a água que nós tínhamos. Então minha visão começou a ficar obscura. Cada um de meus companheiros parecia estar pálido. Minhas mãos e pés ficaram dormentes. As bolhas estavam tão grandes em meus pés que eu não podia senti-los mais. Comecei a ficar com uma terrível dor de cabeça, e eu podia na verdade sentir meu coração bater devagar, devagar. Tudo parecia estar envolto numa neblina, como se fosse em câmera lenta. Meu nariz começou a sangrar e senti minha garganta estreitar. Eu pensei: é agora! É agora que eu vou morrer... Eu não tinha mais força nenhuma para continuar... mas eu roguei a Deus um pouco mais de força... e, milagrosamente, eu encontrei esta força para seguir andando.”

Cesar continuou a dizer que esta experiência deu a ele uma compreensão inteiramente nova da tentação de Jesus no deserto (Mateus 4, 1-11):

“Talvez a maior tentação foi simplesmente resignar-me, abandonar a caminhada, permitir a mim mesmo morrer no deserto. E teria sido mais fácil fazer isto, mas foi quando eu vi os rostos de meus filhos atrás de mim, e a lembrança deles deu-me a força para continuar andando, continuar lutando, sem me entregar.”¹¹

Em meio a tanto sofrimento, não é difícil ouvir imigrantes que, em vez de enfatizar a dor pela qual estão passando, agradecem a Deus pelo dom da vida, mesmo quando esta vê-se ameaçada por todos os lados.

‘Eu estava na prisão e vocês foram me visitar’

É a busca por pão que com frequência guia os imigrantes a atravessar a fronteira; tragicamente, esta busca os transforma em criminosos. De um lado, estão as motivações que os impulsionam a providenciar sustento para suas famílias; de outro, está a lei norte-americana que os persegue por causa disso. Quando são presos pelos agentes de patrulha da fronteira, são levados a centros de detenção para imigrantes, onde são recolhidas suas impressões digitais, são processados, detidos e deportados para seus países de origem. Eles retornam a seus lares mais pobres do que quando partiram e, desta maneira, continuam como que espremidos entre a pressão da pobreza e os perigos de cruzar novamente a fronteira.

Além dos riscos de encarceramento físico, muitos imigrantes se encontram aprisionados por todos os tipos de estereótipos negativos que os humilham como seres humanos. Desde os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, as distinções entre traficantes de drogas, terroristas e imigrantes ficaram menos claras, embora nenhum dos terroristas envolvidos no ataque tenha vindo da fronteira sul e a maioria tenha entrado nos Estados Unidos por vias legais. Com muita frequência imigrantes mexicanos são vítimas de racismo, xenofobia e nacionalismo egocêntrico.

Em anos recentes surgiram vários grupos de vigilantes armados¹² ao longo da fronteira México-EUA declarando temporada aberta contra os imigrantes invasores. Alguns grupos, tais como o “American Border Patrol”, o “Ranch Rescue” e várias milícias do

Arizona, têm declarado uma verdadeira guerra contra os imigrantes. Imigrantes tornam-se como que bodes expiatórios para os problemas nacionais e alvos para aqueles que buscam uma solução fácil para um tema complexo. “Se eu pudesse fazer do meu jeito - disse um rancheiro - eu encheria de balas cada um deles”. E muito pouco está sendo feito para impedir que isso realmente aconteça. Um líder dos vigilantes, chamado Jack Foote, resumiu seus sentimentos quando disse:

“Você e a grande maioria dos seus companheiros montes de merda são ignorantes, sem educação e desesperados por uma vida numa nação decente, pois a nação que vocês vivem não é nada mais do que um monte de merda de cachorro, feita de milhões de pequenas merdas de cachorro como você. Vocês ficam à toa a vida inteira, lamentando como são ruins as coisas na droga do seu país, esperando que a nação de vocês, tal como um cachorro, coloque seu rabo sob nossas cercas e cague cada um de vocês nos nossos quintais.”¹³

Enquanto estes grupos de vigilantes representam o extremo sentimento anti-imigrante, muitos imigrantes interiorizam o sentimento de serem ‘ilegais’ em vários níveis. O termo ‘estrangeiro ilegal’ não apenas diz respeito ao seu status político, mas também caracteriza a desconexão que muitos sentem em outros níveis de sua existência. Se nós podemos rotular algo como ‘estrangeiro’ no drama da imigração na fronteira USA-México – certamente ‘estrangeiro’ para a mente e o coração de Cristo – seria melhor considerar estes imigrantes como uma ameaça à Igreja e à sociedade mais do que um dom¹⁴. Entretanto, é a experiência de suprema rejeição que leva muitos deles a identificar-se com um Deus que foi também uma vez rejeitado, um Deus que cruzou

fronteiras, que imigrou, que sofreu e que desceu ao inferno – como eles desceram no deserto – para libertá-los e trazê-los para um lugar de esperança, liberdade e vida.

Ninguém precisa ter um olhar muito aguçado para perceber nas lutas dos imigrantes a presença de Cristo crucificado hoje. Imigrantes experimentam uma crucificação econômica em sua pobreza, uma crucificação política em sua marginalização, uma crucificação legal em seu status de indocumentados, uma crucificação cultural em seus deslocamentos de um país a outro, uma crucificação social na separação de suas famílias e entes queridos, e em muitos casos algo comparável a uma crucificação física nas dolorosas mortes que muitos já sofreram. Para os indocumentados, cruzar a linha para o lado dos Estados Unidos representa verdadeiramente uma Via-Sacra.

Não apenas a doutrina social católica afirma que o verdadeiro teste de uma sociedade está no modo como ela trata seus membros mais vulneráveis, mas Mateus 25 nos desafia igualmente a ver a face de Cristo nas faces dos famintos, sedentos, estrangeiros, nus, doentes e encarcerados. Como a comparação com Mateus 25 sugere, a história dos imigrantes indocumentados ao longo da fronteira USA-México está inextricavelmente entrelaçada com a história da redenção de uma nação. Numa sociedade tal como a dos Estados Unidos, que se orgulha de sua auto-suficiência, estes imigrantes revelam estarem completamente necessitados e dependentes de Deus; os afortunados, entretanto, engenhosamente mascaram sua fome, sede e nudez espiritual. Numa cultura que prima pela prosperidade econômica, os imigrantes, vistos por alguns como uma ameaça ao bem comum, falam de uma riqueza que não

pode ser adquirida. E numa nação que se preocupa muito com a própria segurança, muitos destes imigrantes manifestam uma extraordinária segurança em sua fé e uma comovente habilidade para louvar a Deus, embora eles estejam sofrendo muito como forasteiros indesejáveis numa terra estranha. Como um advogado para os imigrantes disse:

*“... nós vemos no imigrante uma crítica à modernidade e à racionalidade iluminista, ao individualismo e à auto-suficiência..., eles nos apresentaram com uma nova compreensão de como viver e ser no mundo. Como Jesus, eles criticam a sociedade pela sua própria maneira de viver e de agir no mundo”.*¹⁵

Os imigrantes nos motivam a refletir as questões sobre nossa própria segurança, sobre a profundidade de nossa própria dependência de Deus, sobre nossa própria obstinação, e sobre nossa disposição em depender de outros.¹⁶ Em síntese, os imigrantes revelam uma verdade sobre a vida que apenas em Deus podemos encontrar. Como Jon Sobrino recentemente assinalou, “fora dos pobres não há salvação”. Os imigrantes não apenas nos impelem às obras de misericórdia de Mateus 25, mas nos desafiam a encontrar na presença do estrangeiro a presença de Cristo em nosso meio.**

** Daniel Groody, csc, é Prof. Assistente de Teologia e Diretor do LEPC no Instituto para Estudos Latino-Americanos da Universidade de Notre Dame. Durante muitos anos trabalhou na América Latina, particularmente na fronteira EUA-México.*

*** Este texto foi publicado, originalmente, na revista inglesa “The Way” (abril/04), com o apoio do “Lilly theological research grants program”.*

NOTAS

1- Imigrante mexicano, entrevistado pelo autor em 18 de julho de 2003, gravação em fita cassete, Sasabe, Arizona.

2- John Annerino, *Dead in Their Tracks: Crossing America's Desert Borderlands* (Nova Iorque: Four Walls Eight Windows, 1999), 40-42.

3- Imigrante mexicano, entrevistado pelo autor em 18 de abril de 2001, gravação em fita cassete, Tijuana, México.

4- Mulher de San Diego, entrevistada pelo autor em 18 de abril de 2001, gravação em fita cassete, San Diego, Califórnia.

5- Imigrante mexicano, entrevistado pelo autor em 15 de junho de 2003, gravação em fita cassete, Altar, México.

6- Imigrante mexicano, entrevistado pelo autor em 15 de junho de 2003, gravação em fita cassete, Altar, México.

7- Imigrante mexicano entrevistado pelo autor em 15 de novembro de 1999, gravação em fita cassete, Coachella, Califórnia.

8- “We Almost Suffocated in the Trailer Truck”, *Houston Catholic Worker*, 23/4 (Julho-Agosto 2003), 1, 8.

9- Imigrante mexicano entrevistado pelo autor em 18 de junho de 2003, gravação em fita cassete, Arivaca, Arizona.

10- Nome de duas variedades de arbustos, da família das leguminosas, que crescem no sudoeste dos EUA e no México, utilizadas como forragem. (N.doT.)

11- Imigrante mexicano entrevistado pelo autor em 22 de junho de 2003, gravação em fita cassete, Tucson, Arizona.

12- Vigilante: membro do *vigilance committee*, uma corporação civil para manter a ordem local. (N.doT.)

13- Este parágrafo é extraído de Bob Moser: ‘Open Season: As Extremists Peddle Their Anti-Immigrant Rhetoric along the Troubled Arizona Border, a Storm Gathers’, <http://www.splcenter.org/intelligenceproject/ip-index.html>, 20 June 2003.

14- William Fay, ‘Catholic Social Teaching and the Undocumented’, em www.clincllegal.org

15- Robin Hoover, entrevistado pelo autor em 15 de junho de 2003, gravação em fita cassete, Tucson, Arizona.

16- Para mais reflexões sobre migrantes e salvação, conferir Diane Bergant, “Ruth: The Migrant Who Saved the People”, in *Migration, Religious Experience and Globalization*, editado por Gioacchino Campese e Pietro Ciallella (Nova Iorque: Centro de Estudos Migratórios, 2003), 49-61.

FRONTEIRAS DE TRADIÇÃO CULTURAL GUARANI MBYA E A PRESENÇA DO JURUA (CIVILIZADO) NAS RESERVAS INDÍGENAS

Marília G. Ghizzi Godoy *

O povo guarani, pertencente ao tronco tupi, grupo tupi-guarani, sempre se destacou por ter criado uma resistência cultural e uma forma peculiar de isolamento nos séculos de convívio com a civilização ocidental. Dos três subgrupos que ocupam áreas no Brasil (os nhandeva, os kayova e os mbya), os mbya se destacam por um radicalismo próprio na forma como seguem as suas tradições. Um meio de distintividade que se exprime pelas denominações “moradores do mato” (*ka' aguygua*), “verdadeiros guarani” (*guarani ete*), acompanha o sentido das suas experiências.

O alojamento dos mbya em aldeias livres no litoral do Estado de São Paulo, desde os inícios do século XX, sua posterior inserção em reservas indígenas, a maior parte delas demarcadas nos finais dos anos 80, situam de forma convincente para os seus integrantes o sentido de seguir o passado mediante uma linguagem mítica, um modo de ser designado *nhandereko* (literalmente significa “nossos costumes”).¹

Os significados da vida e da memória cultural retratam-se como atraentes na medida em que conseguem se opor ao *jurua* (branco, a civilização); progridem eles por meio de uma expressão própria de valor e de auto-estima pessoal e coletiva.²

Esta dinâmica foi designada “guaranidade”, uma representação

desse povo expressiva de uma história caracterizada por uma plasticidade adaptativa dos pontos de vista econômico e ecológico, sem alterar o ethos e a visão de mundo.

Em meu convívio com os mbya nestes últimos quinze anos, através de contatos diversos nas aldeias indígenas do litoral e da capital do Estado de São Paulo, tenho observado como as esferas de poder e de ordenação das tradições vêm sendo constrangidas por um crescente avanço das influências do *jurua* (branco). O seu radicalismo cultural vem sofrendo influências que antes dos últimos 10-12 anos eram tidas como estranhas, distantes e sob um controle próprio.

Em parte as mudanças correspondem a condutas éticas da sociedade envolvente para com os indígenas. Há uma tendência de aceitação das novas emergências, serviços expressivos das políticas públicas. No entanto, a fala dos mais antigos indica uma invasão de influências e são elas consideradas ameaçadoras. Corre-se o risco de “deixar de ser índio”, “virar *jurua*”, dizem eles.

Dimensões mitológicas - o *nhandereko* - (nosso modo de vida)

A idéia central com que a mitologia está ordenada indica uma concepção de

tempo que ressalta a origem do mundo e a formação da Primeira Terra (*Yvy Tenonde*). Trata-se de uma era mítica onde predominavam valores de perfeição e de eternização dos homens marcados pela sua fortaleza. A Nova Terra (*Yvy Pyau*) supõe uma recriação do universo que ocorreu após acidentes cataclísmicos. Trata-se de um novo mundo onde vigora a imperfeição dos homens e a vinda do homem branco (do *jurua*). Esta nova época que abrange a atualidade pode ser também designada por era do sofrimento, da imperfeição, era *teko axy* (literalmente costume, doença).³

O misticismo e o profetismo que caracterizam esse povo vigoram de forma a recriarem os ideais da era mítica primitiva (*ara yma*: época antiga) através de empenhos humanos representativos de uma dedicação, convicção.

A dinâmica mítica impõe-se pela ênfase em demonstrar-se criativa do esforço humano via indivíduo. Projetam-se formas de conhecimento próprias, expressões subjetivas vinculadas ao uso da palavra, ao mundo sagrado acessível como revelação, sonho. Encaminhando-se para o xamanismo, as expressões se originam coletivamente e através de personagens que se envolvem em um heroísmo próprio.

Uma articulação prioritária do mundo simbólico compreende a vinculação do indivíduo com o mundo

sagrado através do nome - alma-nome - adquirido por revelação, pelo batismo. Entidades sobrenaturais expressivas dos fenômenos da natureza (sol, céu, estrelas, flores, trovão, raio e personagens encantados) estão sediadas na condição de energia vital do homem por intermédio do nome. Lembremos que os nomes são na sua maioria representativos de fenômenos sagrados, da natureza (Godoy, 1999).

A predominância do plano religioso e da linguagem discursiva cosmológica que assinalam um campo para a ascensão de indivíduos excepcionais e expansão do profetismo foi bastante tratada na bibliografia tupi-guarani. Ressalto a importância dada ao sentido de entrega pessoal através da dedicação à reza, aos valores vinculados à concepção *nhandereko* - nossos costumes (plantar, caçar, fazer artesanato, viver como antigamente).

Registro também o tema da "reguaranização", de como guaranis históricos, da época missioneira, voltaram a viver como índios. Na atualidade, algumas pessoas que abandonaram o estilo cultural antigo retornaram posteriormente ao convívio tradicional, a seguir o *nhandereko*, a ser *guarani ete*.

Os costumes que se estruturam na dinâmica tradicional se projetam como moralmente corretos. Por meio deles ordena-se um trajeto humano de obediência expressivo de seguir as concepções culturais. Desviar-se do caminho e moralidade é indicado como erro e pecado. Define-se um controle regido por uma ordem divina. São marcas de valorização: não casar com *jurua*, não seguir a vida do *jurua*, não abandonar o cachimbo e rituais, morar na aldeia, falar a língua e seguir praticamente os costumes nativos.

O teko'á - lugar dos costumes

As ocupações indígenas e a formação das aldeias apresentam um padrão de dispersão no espaço através de agrupamentos patrilocais. Essa antiga forma de ordenação sociopolítica tem-se caracterizado por uma maior tendência à fixação dos integrantes nos sítios particulares.

Origina-se em todas as reservas um certo sentido de domínio marcado pela ocupação histórica de grupos particulares. O trânsito indígena vai sendo habilidosamente contido nessas mobilizações.

A originalidade desses agrupamentos tem sido marcante pela articulação de valores cultivados por lideranças e os seus talentos em se demonstrarem através dos costumes tradicionais. É comum ouvirmos sobre a produção das roças, o paisagismo nativo, a confecção de artesanatos modelados por dons pessoais e uma constante avaliação dos integrantes e sua dinâmica coletiva.

O centro da aldeia é marcado pela casa das rezas, a *opy*, e torna-se um local de efetiva articulação dos rituais nativos e de pessoas comprometidas nessa ordem.

Com a criação de Reservas Indígenas, originam-se vários expedientes no povoamento. Os serviços da Funai - de educação, enfermagem, habitacionais e de saneamento - tornaram-se presentes, com diferentes intensidades, nas várias aldeias. Uma nova complexidade de iniciativas atinge os povoados e passa a projetar um novo mundo de valores para os agrupamentos, para a reserva. Exige-se uma participação indígena que se tem imposto por um sentido pragmático desconhecido por um povo regido por símbolos de transcendência espiritual.

Um campo de novas experiências culturais passa a ser mobilizado ao lado das prestações de serviços dos civilizados. A nova rotina impõe-se por

um ritmo que provoca uma avaliação por parte daqueles que estão comprometidos com uma história ancestral.

Na aldeia do R. Silveira desenvolveu-se uma experiência de reflorestamento do palmito juçara (*Euterpe edulis*), que se estendeu a partir de um antigo sítio patrilocal para toda a aldeia. Aí houve uma conscientização geral sobre o risco de extinção dessa planta considerada sagrada no mundo nativo. Os índios venceram o concurso Gestão Cidadania da Fundação Getúlio Vargas (2002) e mobilizaram esforços para dinamizar a entidade local. Em quase toda a área *yvy apyre* - termo para designar a comunidade do litoral, literalmente significa extremidade da terra e abrange também as aldeias da capital - essa experiência tornou-se conhecida e vem sendo estimulada a reprodução do palmito juçara, planta nativa da Mata Atlântica.

A presença de escola tornou-se prioritária nas áreas. A construção de prédios escolares como parte de uma política educacional vinculada ao modelo intercultural e bilíngüe vem se desenvolvendo há dois ou três anos, e agora se destaca pela inserção da legislação estadual na educação indígena. Nos anos de 2002 e 2003 foram construídos prédios escolares nas aldeias Barragem, Krucutu, Jaraguá, Itaoca e Piaçagüera. Essas iniciativas deram origem a uma nova história para esses locais.⁴

A formação de um *compact disk* com músicas nativas e a criação de grupos de dança formados por jovens articularam todo o contexto intertribal *yvy apyre* (termo para designar o litoral) desde 1997. As músicas de cada aldeia, designadas *mborai*, tornaram-se marcantes pela origem e projetaram o individualismo conforme prevê o trajeto cultural. Sabem os indígenas quem são e de onde são os membros

destacados dos agrupamentos pelos seus desempenhos no canto, na dança, na liderança, na forma como tocam os instrumentos (flauta, violoncelo, rebeca, tambor, chocalho). Um novo e duplo CD deverá ser lançado em breve.⁵

Dificuldades específicas das aldeias são avaliadas. É consenso geral que nas aldeias mais afastadas de centros urbanos, situadas no interior da mata (Ubatuba, São Sebastião, Aguapehu, Itariri, R. Branco), verifica-se com mais autenticidade a prática do *nhandereko*. Aí estão intensificados rituais nativos, confecção de artesanato. Nas aldeias situadas em centros urbanos a influência da civilização é maior e os *jurua*s cercam as reservas. Aí ocorre a presença de brancos com maior frequência e é visível a presença de índios mestiços. Nesses locais a expectativa de serviços da civilização é enfática. Ela tende a desenvolver iniciativas peculiares, como trabalhos junto aos brancos e um maior consumo de “coisas” dos brancos. O uso da televisão e de outros aparelhos eletrônicos é mais intenso. No ano 2003 essa dinâmica teve uma página de destaque: 92 famílias das aldeias Morro da Saudade e Krucutu, (cerca de 500 pessoas) foram inseridas no programa de Renda Mínima pela Prefeitura de São Paulo, com o apoio da FUNAI.

Em decorrência da política oficial de construção de novas habitações, estas tornam-se acessíveis a muitos líderes indígenas. A construção de casas nas aldeias R. Silveira e Jaraguá criou uma nova representação de grupos familiares.

É comum moradores das aldeias paulistas viajarem para as aldeias da mata com o objetivo de resgatar antigos valores, reviver em convívio com a natureza. Várias reuniões realizadas nas áreas da educação, saúde, habitação, saneamento têm possibilitado que lideranças das aldeias se encontrem e passem a conviver sob um intenso clima

político de decisões que se projetam no ritmo de vida das reservas.

Nos finais de 2003 reuniram-se habitantes de todas as aldeias sob a coordenação das entidades indígenas para fazer reuniões com os pajés, para avaliar as mudanças e refletir sobre as novas gerações que estão sendo influenciadas pela crescente invasão de valores da cultura do *jurua*. Programadas para serem feitas em todas as aldeias do litoral, essas reuniões já se realizaram nas aldeias da Barragem, Krucutu e Jaraguá, com o objetivo nítido de avaliação das práticas da tradição, as quais estão sendo enfraquecidas. Consideram como certo que as novas gerações não podem deixar os costumes nativos.

Sou levada a crer que o novo mundo dos guarani mbya e a construção das suas fronteiras étnicas voltadas a não se misturarem com os brancos situam-se em um momento de intensa reflexão e conscientização na dinâmica de levar avante o *nhandereko*.

A vida cotidiana nas reservas indígenas

Acompanhando o ritmo de vida nas reservas indígenas, seus diferentes graus de isolamento e desempenho cultural tradicional, é notável como se esboçam as novas tendências emergentes.

O tempo dos antigos se torna expressivo e, por meio dos mais velhos, fala dos sítios mais distantes, dos rituais. Recordar é também ver-se no confronto com as novas tendências geradas pelas políticas recentes.

O ambiente da reza e a forma como este tem poder de ser reativado reproduz os grandes pajés da região, os quais criam convicção, juntamente com seu povo, de se demonstrarem coesos e animados. O grande sinal para que não desanimem são as crianças enviadas pelos verdadeiros pais das palavras.

As peças de artesanato indicam representações que valorizam pessoas, o ambiente, as alianças, embora seja proeminente a crise econômica que cerca a sobrevivência das famílias.

A aldeia Pico do Jaraguá, onde ocorre muita influência do *jurua*, e onde já é observada a presença de religião evangélica, apresentou várias iniciativas de resgate das tradições. Desenvolveu-se um novo núcleo na área, proveniente em 1998 da aldeia Barragem, cujo líder tem se projetado no desempenho da reza e do xamanismo. Índios dessa aldeia desenvolveram uma prática de trabalho ligada a explicar o estilo de vida, a cultura. Desempenham tarefas sob encomenda, acompanhando turistas em fazendas, em hotéis. Outras vezes se apresentam em escolas, em igrejas, centros culturais, museus. Nessas ocasiões se mobilizam em grupo e se expressam coletivamente. Os três professores da aldeia Pico do Jaraguá que acompanharam o curso de professor indígena oferecido pela Secretaria Estadual de Educação, através do Núcleo de Educação Indígena de São Paulo - NEI/SP - nos anos de 2002 e 2003, não falam a língua. No entanto se esforçavam em criar sentidos sobre valores antigos e de identidade cultural.⁶

As mulheres indígenas inseridas nas posições criadas nos novos postos de educação e saúde se distinguem das mulheres indígenas tradicionais que estão representadas pelo modelo *kunhã karai* (literalmente significa mulheres sagradas). Trata-se de mulheres engajadas na tradição religiosa, as quais vivem valores tribais como veneração; passam elas grande parte do tempo na *opy* (casa de rezas). Usam também vestidos, saias compridas que acompanham um visual com cabelos longos, só falam na língua tradicional, enfeitam-se com muitos colares e fumam cachimbo. Elas criam valores

em oposição às índias que ocupam cargos atuais e se apresentam com um vestuário prático que demonstra maior influência da *jurua* (por exemplo: bermuda, sandálias, cabelos tratados e às vezes curtos), comunicando-se na língua do branco (em português).

A demanda indígena para aprender a dirigir carros tem sido grande. Observamos que essa demanda, nas aldeias do Krucutu e R. Silveira, terminaram por inserir lideranças distantes de iniciativas religiosas cotidianas.

Os novos salários recebidos pelas novas funções criadas vêm sendo um motivo para a inserção de outras condições e ordenação de focos de prestígio e distinção; podem também originar áreas de conflito e competição social.

Um ponto de grande discórdia compreende a dinâmica de ensino-aprendizagem em que se chocam os valores da tradição com os exigidos pela escola. No discurso dos avôs impera a idéia de que as novas gerações devem dedicar-se à terra, aos serviços de casa, à vida na mata. Na fala do professor não-índio, diretor da escola da aldeia do R. Silveira, é muito difícil um diálogo com esse público tradicional e religioso.

Há um receio entre os “verdadeiros guaranis” pela possibilidade de indígenas versados em novos costumes virem a se casar com brancos. Poderão se desenvolver tendências que levem ao abandono de valores que todos reconhecem também dependerem da adesão pessoal.⁷

Sobre uma bem sucedida aliança em que o homem branco passou a falar guarani e a ter desempenhos aceitos disseram: “assim tudo bem”. É evidente que os *juruas* que se demonstram inclinados a reforçar e investir nas demandas propostas pelos indígenas são valorizados, procurados.

O povo guarani vem construindo sua historicidade nas aldeias do litoral

através de representações proféticas das palavras, palavras-almas, como expressão do tesouro mais sagrado de suas tradições. Os laços culturais que se ordenaram com as várias dimensões da sobrevivência estão agora inseridos em um diálogo mais amplo com o *jurua*, o branco e a civilização. Sabendo da antiga dinâmica do isolamento e estratégias de convívio, projetam-se novos espaços para a compreensão dos limites dessa coexistência.

Deixar de ser guarani, de ser como os antigos é uma questão histórica que pode ser constatada diante das pressões e ameaças que circundam uma realidade e uma humanidade. Em um momento em que predominam as tendências de universalização da cultura torna-se marcante a história ancestral com que os guarani mbya recriam a sua cultura e conseguem demonstrar pelos seus costumes.

* *Marília G. Ghizzi Godoy é Mestre em Antropologia Social/USP e Doutora em Psicologia Social, PUC/SP.*

NOTAS

1 – Compreendem eles 17 aldeias: Aguapehu (Mongaguá), Boa Vista (Ubatuba), Capoeirão (Itariri), Itaoca (Mongaguá), Jaraguá (SP), Krucutu (SP), Morro da Saudade (Barragem, SP), Paraíso (Iguape), Pegaoty (Sete Barras), Piaçagüera (Itanhaém), Pindoty (Pariquera-Açu), Renascer (Ubatuba), Ribeirão Silveira (S. Sebastião), R. Azeite (Itariri), R. Branco (Itanhaém), R. Branquinho (Cananéia), Santa Cruz (ilha Cardoso). A população total compreende uns 1.800-2.000 índios em aldeias que variam de 40 a 580 habitantes.

2 – O termo *jurua* ocorre como uma representação que transcende a sua origem terminológica que significa *jurú*: boca; ‘a: cabelo; refere-se ao bigode do homem, traço do colonizador. Através do termo *jurua* define-se uma estratégia e política que ordena uma representação étnica.

3 – Detalhes sobre a mitologia podem ser melhor compreendidos em Cadogan (1959), Godoy (1995), Clastres, Pierre (1990), Clastres, Hélène (1978).

4 – As escolas estão presentes em quase todas as aldeias e nelas funcionam o 1º grau até a 4ª série. No ano 2003 se formaram as 5ªs séries nas aldeias Barragem e R. Silveira.

No ano 2002 teve início o curso de professor índio por iniciativa da Secretaria Estadual de Educação e foi concluído em finais de 2003. Em 2004 a inserção das professoras indígenas deverá ser aprofundada.

5 – Ver Godoy (1999a) sobre o sentido cultural e tradicional das músicas do *compact disk Nande Reko Arandu*.

6 – Há uma motivação de aprendizagem da língua mbya por aqueles que não a falam e vivem nas aldeias. Tentativas de cursos foram originadas informalmente na aldeia do Jaraguá.

7 – Em todas as aldeias o casamento com branco foi seriamente desaprovado por representar uma afronta às leis divinas. Os exemplos sobre desfechos negativos das experiências tornaram-se estupefacentes. A frequência de índios mestiços criou uma dinâmica que é seriamente distanciada dos mais antigos.

BIBLIOGRAFIA

- CADOGAN, León
(1959) “Ayvu rapyta: textos míticos de los Mbyá-Guaraní del Guairá”. *Revista de Antropologia*, FFLCH/USP, nº 5, p. 217.
- CASTRO, E. Batalha Viveiros de
(1984/85) “Bibliografia etnológica básica tupi-guarani”. *Revista de Antropologia*, USP, vols. 27-28, pp. 7-24.
- CLASTRES, Hélène
(1978) *Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- CLASTRES, Pierre
(1990) *A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios guarani*. Campinas, Papirus.
- GODOY, Marília G. Ghizzi
(1995) *Teko Axy – o misticismo Guarani Mbya na era do sofrimento e da imperfeição*. Tese de doutoramento, PUC-SP, (mimeo).
- GODOY, Marília G. Ghizzi
(1999a) “Nande Reko Arandu – Música e Tradição Cultural”. *Arte e Ciência – Descoberta/Descobrimientos*, ECA-USP, ano 2, nº 2, pp. 276-289.
- GODOY, Marília G. Ghizzi
(1999b) “Os rituais de ‘canto-dança’ e de formação da ‘palavra-alma-nome’ entre os Guarani Mbya”. In: CARVALHO, Sílvia M.S. *Rituais Indígenas Brasileiros*. São Paulo, CPA Editora Ltda.
- LADEIRA, Maria Inês
(1992) *O caminhar sob a luz – o território Mbya à beira do oceano*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, (mimeo).
- MELIÀ, Bartomeu
(1989) *A experiência religiosa guarani*. In: MELIÀ, Bartomeu et alii – *O rosto índio de Deus*. Rio de Janeiro, Coleção Ecologia e Libertação, Vozes, pp. 293-357.

A SITUAÇÃO DOS IMIGRANTES ILEGAIS NO CONTINENTE AMERICANO

a contradição norte-americana

Mônica Teresa Costa Sousa Cherem *

O fenômeno migratório é dos mais antigos e acompanha a humanidade desde os mais remotos tempos. Em verdade, a história do homem se confunde com a sua mobilidade. Ainda que muitos países tenham solidificado suas economias a partir do trabalho de imigrantes, hoje em dia nem sempre a imigração é vista como uma possibilidade de crescimento econômico para o país receptor.

Cresce de forma até mesmo assustadora a aversão a uma categoria muito particular de imigrantes: os ilegais, ou seja, aqueles que ingressam em outro país sem a documentação necessária ao seu ingresso e estabelecimento. Na Europa, esse movimento se destaca principalmente na parte ocidental do velho continente, que recebe grandes levas de africanos e europeus orientais (Martin; Schumann, 1999, p. 243); já nas Américas, a situação que salta aos olhos é certamente dos migrantes mexicanos, que tentam chegar aos Estados Unidos todos os anos.

Os "chicanos", como são conhecidos, tentam de todas as formas atravessar a muitíssimo bem protegida

zona de fronteira entre o México e os Estados Unidos, e suportam as mais absurdas privações para chegar a *land of opportunities*. Porém, o que os espera não é exatamente o *american way of life*.

Este estudo procura mostrar a constância com que os direitos humanos desses migrantes são continuamente violados, justamente no país em que garante (e que se sente orgulhoso por isso) uma ampla gama de direitos e liberdades individuais.

São várias as organizações internacionais, entidades de classe e até mesmo órgãos governamentais (OEA, Anistia Internacional, CJTC - *Center for Justice, Tolerance and Community*) que direcionam suas ações contra a repressão (muitas vezes violenta) exercida pela polícia de fronteira, a *Border Patrol*. As queixas vão desde detenções ilegais, maus tratos físicos e psicológicos, abuso de autoridade a demonstrações explícitas de racismo e xenofobia. Isso tudo determinado pelo Estado.

Este artigo tem por objetivo central analisar o que se chama de "contradição americana", uma vez que os Estados Unidos, que se consideram país livre, aberto a todos, Estado parte

em alguns dos mais importantes documentos internacionais de proteção à pessoa humana, toma atitudes marcadamente segregacionistas em relação àqueles que deixam seus países em busca do que a América tem de melhor a oferecer: oportunidades.

Em um primeiro momento, será traçado um breve panorama sobre a política de imigração dos Estados Unidos, através da apresentação de dados recentes sobre a migração ilegal, muito mais significativa que a migração ordenada e controlada pela autoridades governamentais norte-americanas, e considerações sobre as condições que enfrentam os migrantes para atingir seu intento.

Posteriormente, serão feitas exposições sobre as ações da Organização dos Estados Americanos (OEA) relativas às questões de imigração, bem como serão apresentados alguns dos instrumentos internacionais relativos à proteção dos migrantes.

Por fim, estudar-se-á justamente o que se chama de contradição norte-americana: enquanto os EUA se auto-proclamam arautos da liberdade e das oportunidades, levantam questões ultrapassadas de soberania para

dificultar a discussão sobre sua política de imigração, bem como atuam de forma violenta em suas fronteiras a fim de reprimir a imigração ilegal, ao que parece, a qualquer custo.

A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO AMERICANA: NOÇÕES GERAIS

O movimento de mão-de-obra entre fronteiras é muito mais antigo que a própria globalização; poucos eventos alteraram tanto o curso de economias e índices de desenvolvimento e crescimento econômico como os migratórios, e em relação aos Estados Unidos a informação é mais que procedente. País que ao final do séc. XIX recebeu uma grande leva de imigrantes dispostos a “fazer a América”, desde sempre foi conhecido como uma terra de oportunidades. Inicialmente abertos à imigração, os EUA vêm fechando suas fronteiras de forma bastante significativa, e seria ingenuidade afirmar que os ataques de 11 de setembro não contribuíram para tal fato.

É certo que a delimitação de fronteiras, estabelecimento de políticas de imigração e concessão de vistos é ato diretamente decorrente da soberania de um país, mas também não há como esquecer que o conceito de soberania não deve ser tomado como o era no séc. XVI; não se quer dizer que os Estados não mais tenham a capacidade de auto-determinar-se. Longe disso. O que se propõe é a discussão de políticas de imigração em níveis internacionais (ou ao menos bilaterais, em caso de países como o México e os EUA). O informativo do *International Centre for Trade and Sustainable Development* acrescenta

quanto a essa necessidade de negociação em esfera global:

Desde a Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, que teve lugar no Cairo, em 1996, um grande grupo de países se manifestou no sentido de que a migração seja tratada com um assunto de destaque no âmbito das Nações Unidas, proposta que, entretanto, não conseguiu êxito junto a um determinado número de países – em especial os desenvolvidos, como os Estados Unidos e a União Européia – que consideram que o tema deve ser abordado como assunto de política interna ou regional, ou ainda através de tratados bilaterais (International Centre for Trade and Sustainable Development, 2000, p. 1).

Não é fácil ter o *status* de americano, ainda que Thomas Friedman afirme o contrário. Entende Friedman que “para ser americano, basta querer ser americano [...]. Nunca dê às costas a um refugiado haitiano no seu bote solitário. Qualquer um que tenha a inteligência e energia para construir uma jangada com caixas de leite e em seguida velejar pelo Atlântico até o litoral americano é alguém bem vindo como imigrante” (Friedman, 1999, p. 377-378). Ainda que se refira aos trabalhadores qualificados, e não aos *braceros*, as palavras do autor parecem exprimir uma realidade muito distante.

Cerca de 3.200 quilômetros e uma infinidade de problemas separam os dois países (United States Department of human sources: border health homepage, 2002). A fronteira entre o México e os Estados Unidos é uma das mais bem vigiadas do mundo. A *Operation Gatekeeper*, posta em prática pelo governo dos Estados Unidos, é tida como responsável por uma série de mortes e detenções ilegais na zona de fronteira.

Financiada pelo governo norte-americano, a patrulha de fronteira tem

suas bases no que também alicerça a política de imigração norte-americana: o *Immigration and Naturalization Service* (INS) e o *Immigration Reform and Control Act* (IRCA). O uso excessivo de políticas unilaterais de fronteiras pelo INS não parece minimizar a quantidade de imigrantes ilegais no país, e em contrapartida, contribui para um aumento progressivo no número de atos violentos de repressão à imigração. O IRCA, aprovado desde 1986 pelo governo Reagan, tem como objetivos reduzir o número de imigrantes ilegais nos Estados Unidos (Grau, 2002).

O INS é uma agência do Departamento de Justiça norte-americano, responsável pelo cumprimento das leis e regulamentos referentes à imigração. É também o responsável pela concessão de benefícios, como naturalização, autorizações para trabalho, proteção de refugiados, sendo este último trabalho desenvolvido em parceria com o Departamento de Estado, Departamento de Saúde e Serviços Humanos e com as Nações Unidas (*Immigration and naturalization service*, 2002).

Aliadas a essas ações, também estão as de patrulha de fronteira, detenção e remoção de estrangeiros tidos como criminosos, fiscalização de locais de trabalho, detenção de estrangeiros e trabalhadores estrangeiros ilegais, deportações e expulsões, negação de benefícios a candidatos ao visto permanente não aprovados, investigação de fraudes em documentos relativos à migração.

Em números, algumas informações sobre o INS: a) patrulhamento, através das polícias de fronteira, de mais de 300 pontos de entrada por terra, ar ou água. Em 2001, mais de 510 milhões de inspeções individuais foram feitas; b) patrulhamento de cerca de 6.000 milhas de fronteiras com o México e o

Canadá; c) detenção de mais de 1.235.000 estrangeiros ilegais na fronteira sul (México) em 2001; d) remoção de 176.549 estrangeiros criminosos e ilegais em 2001 (o número de estrangeiros criminosos removidos -71.346- isoladamente, excede o número total de estrangeiros ilegais removidos em 1995 - 50.924-); e) possui mais de 43 milhões de arquivos, sendo aproximadamente 20 milhões de arquivos ativos (Immigration and naturalization service, 2002).

Nos últimos anos, o INS tem centralizado suas ações na estratégia de controle de fronteira, através da vigilância e repressão maciça em pontos considerados críticos. Chega a quase mil o número de imigrantes detidos pela *Border Patrol* a cada semestre. A verba dispensada pelo Congresso americano a este controle é significativa: em 2001, o Congresso autorizou a ampliação da patrulha de fronteira para cerca de 10 mil agentes, com recursos de aproximadamente 3,1 bilhões de dólares. Tais valores são destinados também para o sistema de alambrados, sensores e miras telescópicas (Marcha Mundial ao Muro da Vergonha 2003: por uma humanidade sem fronteiras, 2003, p. 1).

Outras estratégias do INS são as ditas "de interior". Essas atividades consistem basicamente em deter indivíduos com aparência de imigrantes ilegais e inspecionar empresas suspeitas de empregar trabalhadores ilegais, aplicando-lhes multas. Reconhece-se, porém, que tais ações não estão equilibradas. As atuações recentes do INS não indicam a fiscalização rigorosa de empresas, mas apontam para um grande aumento no número de detenção de imigrantes (Grau, 2002).

Aos que pensam serem os trabalhadores ilegais um problema

para o crescimento da economia americana, ou para os que acreditam que tais trabalhadores ocupam empregos que seriam destinados aos cidadãos nativos, José Juan de Olloqui informa que:

[...] para os Estados Unidos, os trabalhadores ilegais não são apenas uma carga, uma vez que constituem um elemento positivo na economia americana. Se não fosse por esses trabalhadores, muitas terras não seriam cultivadas, e grande parte do trabalho pesado nunca seria feito: e, sobretudo, muitas empresas não teriam o mesmo lucro se tivessem que contratar outro tipo de mão-de-obra." (Olloqui, 2001, p.9).

Uma interessante análise decorre desta informação: os mexicanos migram para os Estados Unidos a fim de executar tarefas e empregar-se em postos de trabalhos normalmente rejeitados pelos americanos. Os subempregos, que requerem mão-de-obra barata, não são exatamente o objeto do desejo do americano. Os *braceros*, como são conhecidos os trabalhadores agrícolas de origem mexicana, têm ocupação certa nas lavouras, ainda que na condição de ilegais. É grande o número de pessoas com feições latinas (mexicanos e porto-riquenhos em sua maioria) trabalhando em funções como as de garçons, faxineiros, zeladores, vendedores ambulantes, entre outros. Isso para não falar na esmagadora maioria de trabalhadores agrícolas. A necessidade deste tipo de mão-de-obra é constante nos Estados Unidos. E a oferta da mesma no México também parece não cessar. O que não se compreende é a ausência de negociações bilaterais quanto a este tema.

Além de estarem sujeitos a realizar trabalhos que o trabalhador americano dispensa, os trabalhadores migrantes,

ainda que em situação ilegal gastam boa parte do que ganham dentro dos Estados Unidos, o que faz com que sua contribuição à economia americana tenha mais um aspecto positivo (Olloqui, 2001, p.9).

A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS E A QUESTÃO DA MIGRAÇÃO

Assuntos tão relevantes como direito de ir e vir, livre circulação de pessoas, migrações, condições humanas de trabalho, enfim, uma série de temas correlatos aos direitos humanos não poderia estar fora da agenda da Organização dos Estados Americanos.

Desta forma, a OEA vem discutindo o tema seja nas reuniões periódicas típicas da organização seja em encontros específicos.

Porém, o que não há por parte da organização é uma postura firme em relação aos abusos cometidos nas fronteiras americanas. Não se quer promover uma ação de intervenção na política interna americana, o que seria totalmente contrário ao princípio da não-intervenção tão difundido pela OEA, mas apenas que a organização cumpra seu papel quanto à promoção dos direitos humanos, principalmente em relação aos países que ratificam os principais documentos interamericanos referentes ao tema.

A OEA reconhece que os esforços internacionais em relação à problemática da violação dos trabalhadores migrantes são modestos, de acordo com o Informe Anual de 2000, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) (Organization of

American States, 2002).

Na tentativa de incentivar a discussão internacional sobre os problemas que afligem os trabalhadores migrantes e suas famílias, a OEA criou uma comissão de estudos especialmente direcionada a essa categoria de indivíduos, a *Special Rapporteurship on Migrant Workers and Members of their Families*, iniciativa da CIDH. A proposta desta Comissão Especial é promover o respeito integral aos direitos humanos dos trabalhadores migrantes e de suas famílias, elaborar recomendações específicas aos Estados membros da OEA sobre este assunto, preparar estudos e relatórios acerca das condições desses trabalhadores e atender prontamente comunicações e petições que tratem de violações dos direitos dos trabalhadores migrantes em qualquer dos Estados membros da OEA (Organization of American States, 2002).

Embora a iniciativa da OEA seja reconhecida e importante, um dos problemas que atinge essa Comissão Especial é justamente a questão orçamentária. Não há financiamento por parte dos Estados membros para a realização das ações da Comissão. Apenas o governo do México tem contribuído para suas atividades, e ainda de maneira reduzida, como informa o Boletim Anual da OEA de 2001 (Organization of American States, 2002).

A Organização dos Estados Americanos também mostra uma preocupação recente em relação aos casos de discriminação, xenofobia e racismo contra trabalhadores migrantes no continente americano, embora quase todos os países membros da OEA (inclusive os Estados Unidos) tenham assinado e ratificado a Convenção internacional para a eliminação de todas as formas de

discriminação racial (United Nations, 2002).

Isso significa que um grande número de países americanos possui compromissos internacionais em relação a este assunto. Porém, não é surpresa tomar conhecimento de casos de intolerância, racismo e xenofobia contra migrantes nos EUA e em outros países do continente. De certa forma, os Estados Unidos apresentam um paradoxo: enquanto a questão da discriminação racial tem sido objeto de um debate longo e acirrado, a xenofobia não recebe esta mesma atenção.

A questão da discriminação e violência contra migrantes trabalhadores é destacada pelo Informe Anual de 2000 da OEA:

Além disso, os trabalhadores migrantes e os membros de suas famílias são freqüentemente destratados pelas autoridades. Em muitos países as polícias revistam regularmente trabalhadores migrantes para ver se seus papéis estão em ordem. Também realizam, geralmente, invasões nas áreas aonde os estrangeiros permanecem juntos ou moram, freqüentemente sem nenhum motivo aparente. Os estrangeiros são detidos sem nenhuma razão, e mesmo insultados e/ou agredidos pelas autoridades. Pior ainda, as mulheres relatam vários casos de estupro e violência sexual cometidos pela polícia. Por outro lado, há uma grande falha desta mesma polícia quando deixa de investigar casos de violência contra trabalhadores estrangeiros. Por fim, destaca-se que muitos países aprovaram leis contrárias aos trabalhadores estrangeiros e mantêm práticas discriminatórias, como a dificuldade para a concessão de vistos e a aceitação de práticas discriminatórias nas relações de trabalho (Organization of American States, 2002).

A ação das polícias dos Estados contra os migrantes é muitas vezes

violenta, e há um sem número de relatos feitos por organizações de proteção aos direitos humanos, pela imprensa e por alguns poucos órgãos governamentais que informam sobre violências, maus-tratos e ações arbitrária contra migrantes.

É fato que muitas ações da OEA são barradas pela questão financeira. A problemática da imigração ilegal e dos abusos contra migrantes é apenas uma delas. Não há um orçamento significativo para que as ações tenham maior repercussão (na verdade, não há contribuição dos Estados nesse sentido, fora contribuições isoladas, como do governo mexicano). Necessário é reconhecer que há um manifesto desinteresse político por parte dos Estados membros quanto a esta questão. Inocência seria admitir que não há um direcionamento das ações da OEA por parte de alguns poucos países, com maior expressão econômica. Mas o que não pode ser deixado para trás é o papel da organização em promover o respeito aos direitos humanos no continente americano.

A CONTRADIÇÃO NORTE- AMERICANA

“Terra de oportunidades”. Ainda que lugar comum, esta é a expressão mais utilizada para se descrever em poucas palavras o que para muitos representam os Estados Unidos. País que sempre deu significativa importância aos direitos e liberdades civis, ultimamente os EUA têm demonstrado uma política intolerante em relação aos que estão em condições legais. Resquícios de 11 de setembro ou de um declínio na economia americana em meados da

década de 90, o que certamente influenciou na distribuição de benefícios públicos, como saúde, auxílio a desempregados e moradores de rua, o fato é que a receptividade aos imigrantes já não é a mesma do início do século XX.

Longe de levar a discussão sobre os imigrantes ilegais para os pólos de negociação internacional, os Estados Unidos defendem a tese de que apenas em política interna se pode decidir sobre as condições de entrada de estrangeiros em seu território.

Não há, entretanto, a mínima possibilidade de redução de soberania simplesmente por se levar tal discussão além fronteiras. É certo que ainda é do Estado a última palavra sobre ingresso de estrangeiros, mas o que não se pode é permitir de maneira inerte a contínua violação de direitos fundamentais de pessoas que tentam chegar a outro Estado.

Não se advoga a tese da impunidade aos que colaboram para a desobediência à lei. Ao contrário, os “facilitadores” ou “agenciadores” de imigração, que agem de forma ilícita, devem ser punidos. Tal punição inibiria mesmo condutas como o transporte ilegal de pessoas em condições sub-humanas. Entretanto, também não se pode calar diante das condições a que são submetidos os mexicanos na fronteira sul dos Estados Unidos, ou mesmo depois de seu ingresso em solo americano.

Dois exemplos das recentes medidas americanas em relação aos imigrantes ilegais são a “Proposta 187” e uma resolução da Suprema Corte de Justiça dos Estados Unidos de 27 de março de 2002, referente aos trabalhadores ilegais.

A “Proposta 187” ficou conhecida como a lei mais anti-mexicana nas relações entre Estados Unidos e México. Em sua campanha para a reeleição ao governo da Califórnia, o candidato Pete Wilson anunciou que

uma de suas metas de campanha seria a adoção da Proposta, que nada mais era senão uma compilação de medidas contra os imigrantes, principalmente mexicanos, legais ou ilegais que, no entender do candidato, estariam prejudicando a economia e o crescimento do Estado da Califórnia.

O trecho inicial da Proposta 187 dizia que:

O povo da Califórnia concorda e declara o que se segue: este povo sofreu e continua sofrendo problemas econômicos causados pela presença de trabalhadores ilegais neste Estado. O povo da Califórnia sofreu e está sofrendo em decorrência de um mal específico e um dano causado pela conduta criminosa dos estrangeiros ilegais neste Estado (Bustamante, 2002, p. 95).

Pete Wilson tanto foi eleito como a Proposta 187 foi aprovada. Seu objetivo principal era findar a imigração ilegal e impedir que migrantes tivessem acesso a benefícios de programas assistenciais, estivessem as pessoas em condições legais ou não de permanência. Bustamante informa que o pior efeito sobre os imigrantes em condições legais era justamente o de causar-lhes um temor diante da possibilidade de perder suas pensões por aposentadoria, depois de terem recolhido seus impostos e cotas de seguro social por toda a vida (Bustamante, 2002, p. 95).

Após todo o caos trazido pela aprovação em lei da Proposta 187, uma ordem judicial de 14 de dezembro de 1994, da juíza Mariana R. Pfaelzer suspendeu a vigência da Proposta 187, recém convertida em lei. Esta suspensão não se deu pelo fato da Proposta ser contrária aos direitos dos imigrantes, mas por uma questão formal: a Constituição americana proíbe que os Estados legislem sobre questões de imigração, matéria de

competência federal (Bustamante, 2002, p. 96).

Outro exemplo da inflexibilidade americana se traduz em uma decisão da Suprema Corte. De acordo com a última instância da justiça americana, os empregadores de imigrantes ilegais não têm que lhes pagar nenhum tipo de benefício quando tais trabalhadores forem despedidos; nem mesmo os salários que lhes eram devidos devem ser pagos¹. A sentença é proveniente da atitude de Juan Castro, imigrante ilegal mexicano, empregado da empresa Hoffman Plastic Compounds, que propôs a criação de um sindicato a fim de defender-se dos contínuos abusos cometidos pela empresa, ante a ameaça por parte da mesma de ser denunciado ao serviço de imigração americano, juntamente com outros trabalhadores ilegais contratados pela Hoffman (Bustamante, 2002, p. 172).

Despedido após esta iniciativa, Castro acionou a empresa na Junta Nacional de Relações Trabalhistas dos Estados Unidos (*National Labor Relations Board*), que decidiu pela ilegalidade da demissão. A empresa apelou à junta recursal daquele órgão, que manteve a decisão, porém um juiz de instância administrativa revogou a decisão em favor da Hoffman Plastic. Castro apela novamente à Junta Nacional de Relações Trabalhistas, que anula a decisão do juiz e condena a empresa a pagar cerca de 66.000 dólares ao ex-empregado. A Hoffman Plastic apela então à Suprema Corte dos Estados Unidos (contra a Junta Nacional de Relações Trabalhistas), que decidiu que um trabalhador estrangeiro ilegal não tem direito em reclamar salários ou qualquer outro benefício em caso de despedida, porque estes e outros direitos trabalhistas são reservados aos cidadãos americanos e para os que residem de forma legal nos Estados Unidos (Bustamante, 2002, p. 172).

Surge, a partir dessa decisão, uma situação de vulnerabilidade dos trabalhadores estrangeiros em condições ilegais sem precedentes. Os trabalhadores mexicanos muitas vezes se ocupam de atividades desprezadas pelos americanos. Embora cumpram com suas obrigações enquanto empregados, não há nenhuma garantia, principalmente a partir desta decisão, de que seus empregadores sequer pagarão seus salários, ainda que demandados em juízo. Não se pode esquecer, sobretudo, que no sistema judiciário americano impera o sistema de jurisprudência vinculante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de mercado globalizado e interdependência, não há como não questionar a atitude americana em isolar-se através de um muro que separara o mundo livre das muito bem guardadas oportunidades americanas.

Enquanto outros países como o Canadá buscam justamente legalizar a situação de imigrantes que desejam, além da oportunidade de melhorar suas condições de sobrevivência, cooperar com o crescimento econômico de um outro país, os EUA afastam destes trabalhadores a possibilidade de expandir seu direito a uma melhor condição de vida.

Alheia às contribuições que os *braceros* trazem à economia americana, principalmente no setor agrícola, a política de imigração dos Estados Unidos "fecha o cerco" aos que tentam transpor a fronteira sul de seu território, através de prisões arbitrárias e deportações realizadas sem a extensão de nenhum direito aos pretendentes a trabalho.

A xenofobia vem se tornando um grave problema nos Estados Unidos, e

muitos americanos vêm migrantes ilegais como terroristas em potencial, sendo esta visão reforçada por um forte arcabouço ideológico, como explica Bustamante.

As ações desencadeadas pela patrulha de fronteira, aliadas às promovidas pelos sistemas político e judiciário em muito contribuem para tornar um inferno dantesco a vida de qualquer um que queira ingressar ou permanecer em território americano, ainda que de forma legal. Notadamente quanto às ações nas fronteiras, o crescente número de mortos vem confirmando uma pesada realidade: ao que parece, os Estados Unidos não mais tratam seus compromissos assumidos em esfera internacional com a mesma seriedade que imprimem à política desenvolvida internamente. Tal afirmação pode ser feita ante a lembrança de que os EUA prontamente assinaram e ratificaram a Carta de Direitos e Deveres do Homem, da OEA, que encerra em seu artigo primeiro o respeito ao direito à vida.

* *Mônica Teresa C. S. Cherem é Doutoranda em Direito na UFSC (Pesquisadora-bolsista do CNPq).*

NOTA

1 - Processo autuado junto à Suprema Corte americana sob o n.º 00-1595; a decisão foi prolatada em 2002. Relator: não disponível. Partes: Hoffman Plastic Compounds, Inc. e National Labor Relations Board. Disponível em: <<http://www.supremecourt.us.gov/docket/00-1595.htm>>. Acesso em: 26 agosto 2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUSTAMANTE, Jorge A.

(2002) *Migración internacional y derechos humanos*. Ciudad de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, Universidad Nacional Autónoma de México.

FRIEDMAN, Thomas L.

(1999) *O Lexus e a oliveira*. Trad.

Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro, Objetiva.

GRAU, Montserrat Viladrich

(2002) *La regulación de la migración ilegal en Estados Unidos: ¿qué podemos aprender de ella?*. Disponível em: <<http://www.cidob.org/castellano/publicaciones/afers>>. Acesso: 20/out.

IMMIGRATION AND NATURALIZATION SERVICE

(2002) *Homepage* oficial. Disponível em: < <http://www.ins.usdoj.gov/graphics/aboutins/thisisins/overview.htm>>. Acesso em: 20/out.

INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT

(2000) Comercio internacional y trabajo: la cuestión de la migración. In: *Puente: entre el comercio y desarrollo sostenible*. n.º 4, v. 3, febrero-abril, p. 3-4.

MARCHA MUNDIAL AO MURO DA VERGONHA 2003

(2003) Por uma humanidade sem fronteiras. Informativo distribuído pelo Comitê Marcha Mundial ao Muro do Império, no Fórum Social Mundial 2003. Impresso em São Paulo.

MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald

(1999) *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. 6ª ed., São Paulo, Globo.

OLLOQUI, José Juan de

(2001) Algunas consideraciones sobre migración en la América del Norte. In: OLLOQUI, José Juan de (Comp.). *Estudios en torno a la migración*. Ciudad de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas, Universidad Nacional Autónoma de México.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES

(2002) *Homepage* oficial. Disponível em: <<http://www.oas.org/cidh/annualrep/2000eng/chap.6a.htm>>. Acesso em: 20/out.

UNITED STATES DEPARTMENT OF HUMAN SOURCES: border health homepage

(2002) *Homepage* oficial. Disponível em: <<http://www.usdhs.gov>>. Acesso em: 12 /nov.

UNITED NATIONS

(2002) *Office of the high commissioner of human rights*. *Homepage* oficial. Disponível em: < <http://193.194.138.190/html/menu3/b/e1cedaw.htm>>. Acesso em: 20/out.

“ESTACIÓN MIGRATORIA”

flashes

A todo processo migratório de ida, em menor escala, evidentemente, corresponde um movimento de volta. Vale lembrar, por exemplo, que em São Paulo, quando da grande emigração européia, os próprios imigrantes organizavam fundos para auxiliar os que, sem condições, desejavam retornar.

Atualmente, ao movimento de ida de brasileiros para os Estados Unidos, também corresponde um movimento de volta. Volta, porém, que não é financiada pela solidariedade de conterrâneos que lá permanecem, mas pelo governo do país que sonharam alcançar; volta, não dos que o desejam fazê-lo, mas dos que foram capturados pela polícia; volta, que não é migração de retorno, mas deportação! “Os prisioneiros do segundo grupo – lê-se em reportagem da Folha de São Paulo de 4 de março de 2004, referindo-se ao desembarque de 251 pessoas deportadas – vieram *sem uniformes ou algemas*”. (grifo nosso)

As 251 pessoas referidas acima somam-se a outras na mesma situação – já deportadas ou aguardando a vez – totalizando, na data referida, mais de mil migrantes brasileiros. Trata-se, nesses casos, dos que conseguiram transpor a barreira que divide o México dos EUA. Mas há também os que são capturados em território mexicano ou no ato da travessia: brasileiros e tantos outros. Quem nos fala desses não é a imprensa, mas as Missionárias Seculares Scalabrinianas que atualmente desenvolvem missão na cidade do México:

Uma delas é Giuliana, que nos narra um flash de um dos momentos da deportação: “Aeroporto da cidade do México. Estou esperando o voo para São Paulo (meados de 2003). A sala de espera, pouco a pouco, vai se enchendo de rostos e cores diferentes: há quem está voltando para casa, quem fala do carnaval no Brasil, quem lê, quem caminha... De repente, algo diferente chama a minha atenção: está chegando um grupo de pessoas. No começo julguei que se tratasse

*Dirceu Cutti **

de um grupo de excursão, de fato, todos portavam um cartãozinho, mas logo notei algo estranho. O grupo estava acompanhado por dois policiais de fronteira e por alguns agentes à paisana. Sentam-se todos próximos, são aproximadamente 40 pessoas, entre as quais apenas três ou quatro mulheres. Todos em atitude de silêncio e espera. Aproxima-se um agente da emigração que chama a cada um pelo nome e entrega o documento de embarque, enquanto outro agente tem em suas mãos a pilha de passaportes. São brasileiros e estão sendo expulsos!

Algumas pessoas observavam indiferentes, outras balançavam a cabeça, outras olhavam com desconfiança ou sinal de aprovação pela ação policial. O grupo todo sentia-se envolvido numa situação desagradável; entram por último no avião e os comissários de bordo gentilmente os convidam a

ocuparem os assentos livres.

Assim, encontrei-me sentada entre eles. Colocam-se, exaustos, sobre os assentos e logo parecem cair em um sono profundo..., ou nos pró-

prios pensamentos. Pensamentos que fazem recusar a comida a eles oferecida. Com o passar do tempo, alguns começam a falar: *“Nunca achei que tivesse que enfrentar uma situação como esta. Você se sente como um delinqüente, mas na verdade não fez mal a ninguém! A única coisa que quero é ter uma vida melhor, isso é crime!?”*

Eles haviam sido detidos há dois dias no aeroporto, durante a chegada, porque não tinham o visto no passaporte. Foram conduzidos à *Estación Migratória* e agora estavam sendo deportados. Dizia-me um outro: *“Já viajei para outros países, mas nunca me aconteceu nada parecido. Não nos deram nem mesmo o visto como turistas e estamos sendo repatriados como se tivéssemos cometido quem sabe qual crime!”*

Lorella e Filomena, colegas de Giuliana, vão nos conduzir para dentro da *Estación Migratória*, à qual as missionárias fazem, como parte da sua missão,

rotineiras visitas. Mas o que é a *Estación Migratoria*? Filomena, brevemente, assim a descreveu: Trata-se de um prédio de concreto, desconhecido por muitos mexicanos, cravado na cidade do México, dividido em pavilhões, cujo aspecto em tudo se assemelha a um cárcere. E, de fato, é um espaço onde permanecem detidos, temporariamente, os migrantes capturados pela polícia enquanto aguardam a expulsão para seus países.

Diariamente, da *Estación Migratoria* partem e chegam ônibus lotados, transportando homens, jovens, em sua maioria, mas também mulheres e por vezes crianças, além de menores desacompanhados. É um espaço de altíssima rotatividade. O tempo de espera para a repatriação varia de situação para situação: para os do centro ou sul-americanos, é uma questão de dias ou, no máximo, semanas. Já para os vindos da China, Oriente Médio, África e Leste Europeu, a espera pode

durar meses. E que espera! A *Estación Migratória* assemelha-se, na verdade, a um aterro de sonhos e esperanças de tantos migrantes que almejam alcançar os Estados

Unidos. Constitui-se num depósito repleto de incertezas quanto ao futuro. Mas não só, pois se para muitos ela representa o fim de um sonho, para outros, nem mesmo suas paredes grossas e frias são capazes de apagar o desejo ou a necessidade premente de ‘retentar’ a verdadeira epopéia da travessia.

Deixemos, porém, que as missionárias atravessem os portões da *Estación*. Lá dentro, encontram Isabel, com 14 anos, e sua irmã Luz, com 21. Equatorianas, viajando há quase um mês, na terceira tentativa de ir ao encontro dos pais que há oito anos vivem próximo a Chicago. Luz, a mais velha, contou à missionária Lorella: *“Chegamos no México com o navio, sem saber nada sobre o trajeto percorrido. Continuamos, depois, em um furgão junto com outras pessoas. Em certo momento, de noite, fizeram-nos descer num lugar em que só se poderia prosseguir a pé. Éramos quinze pessoas. Caminhamos por duas noites sem parar,*

“A fronteira, que se transformou em muralha, por mais que aprisione e deporte, não consegue deter a teimosia na travessia!”

sofrendo o frio e a fome e com o medo permanente de sermos descobertas de um momento para outro. Quando víamos luzes nos diziam para correr e nos escondermos atrás das árvores. Eu segurava sempre a minha irmã pela mão. Tinha muito medo mas não podia dizer nada, queria chorar mas me sentia responsável por ela. Rezava para que a Virgem Maria nos protegesse. Depois de muitas dificuldades, conseguimos subir em um outro furgão e chegar em Los Angeles: Estávamos nos Estados Unidos! O "pollero" – homem pago para nos conduzir – disse-nos para esperá-lo num lugar isolado enquanto iria abastecer o carro. Era sempre noite e estávamos muito cansadas, sem forças. A polícia chegou, prendeu a todos os quinze e nos conduziu de novo até a fronteira..." Luz recupera o fôlego, e continua: "O nosso sonho era aquele de abraçar os nossos pais, que não vemos desde que partiram, já são oito anos. A família é a coisa mais importante e não podemos mais viver sem eles. Não podemos nos entregar. Daqui a alguns dias nos mandarão de volta para o nosso país onde deixamos o nosso irmãozinho de dez anos, mas assim que for possível tentaremos de novo". E Luz acrescenta ainda: "Se Deus não existisse, não poderíamos enfrentar algumas situações da vida. Todas as injustiças que vimos, o modo com que a polícia nos tratou e ameaçou... Agradeço a Deus porque estamos vivas e porque não nos aconteceu nada pior. Ele quis que viéssemos parar aqui para não sofrer outras coisas. Continuo a ter esperança que seja possível encontrar os meus pais, se Deus quiser!"

Enquanto Lorella movia-se para ir ao encontro de outras mulheres, ouviu uma saudação em alemão: "Hallo! Wie geht's?" Surpreendeu-se, ao ouvir este idioma precisamente na *Estación Migratoria*. A voz vinha donde estavam Mara e Melli, duas irmãs iraquianas, católicas, com passaporte alemão, há seis anos vivendo na Alemanha. Com a documentação em dia, viajaram para o México como turistas para visitar parentes no Estado de Oaxaca. Estavam na *Estación* há oito dias pelo simples fato de serem iraquianas, ou seja, pessoas suspeitas. Mas em breve teriam condições de prosseguir viagem, diferentemente de outros iraquianos que também se encontravam na *Estación*. Era o caso de Seba:

"Estou aqui com meu irmão e com oito amigos iraquianos. Fomos detidos pela polícia porque tínhamos documentos falsos. Trouxeram-nos para a *Estación Migratoria de Tijuana*, onde ficamos seis dias, e depois aqui, na cidade do México. Não podemos voltar para o Iraque... Dois dos meus irmãos foram mortos. Quem sabe se será possível ir para os Estados Unidos... Tenho uma irmã que vive em Detroit há cinco anos e a minha mãe, há dois anos. Meu pai morreu no ano passado. Eles foram reconhecidos como refugiados políticos. Meu pai teve que fugir porque não apoiava o governo, ele estava doente..."

Enquanto Seba falava, ao lado acompanhava atentamente a conversa Nadia, uma albanesa de 18 anos, cujo marido também se encontrava na *Estación*, porém no pavilhão dos homens. Usando da língua italiana, que aprendeu assistindo televisão, disse: "Fugimos do nosso país. Nos Estados Unidos tenho um irmão e amigos que querem nos ajudar, mas são ilegais".

Na seção ao lado, na ala masculina, Juan, hondurenho, que aguardava a repatriação, decidido a arriscar de novo, assim se expressou: "Minha família depende de mim. No meu país eu trabalhava durante o dia inteiro, como um escravo, mas não conseguia sustentar minha mulher e meus dois filhos, um deles está gravemente doente e precisa de cuidados. Parti sozinho, caminhando e pedindo carona. Mas Deus estava comigo! Atravessei lugares com bandidos prontos para roubar, e não só isso, mas também prontos até para matar. Percorri cem quilômetros a pé, peguei um trem, encontrei outros como eu e que me ajudaram. Meus parentes estão esperando o dinheiro para pagar o aluguel e eu estou aqui, sem poder fazer nada. Não, não posso voltar assim!" Ao término destas palavras, Juan desabou num pranto que parecia não mais acabar... E não menos dolorido, foi o pranto de Márcia, mãe equatoriana, após ter conversado, por telefone, com seus filhos quando estes lhe suplicaram "para que não pensasse mais nos EUA", "para que voltasse para ficar com eles!"

Mas a fronteira México-Estados Unidos, que se transformou em muralha, por mais que aprisione e deposite, sem falar das mortes, não consegue deter a teimosia na travessia.

* Dirceu Cutti - Centro de Estudos Migratórios.

A VIDA PRIVADA NAS ÁREAS DE EXPANSÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

In: *História da Vida Privada no Brasil, Vol. 4*
José de Souza Martins

São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 659-726

Este trabalho trata de como se articulam as relações entre a vida privada e o domínio público nas regiões de fronteira da sociedade brasileira, em particular nos estados que hoje fazem parte da Amazônia legal. Sendo uma região de conflitos de terra, onde o Estado, com suas instituições jurídicas, e o empreendimento capitalista invadem e violentam um conjunto de populações que vivem com base num modo de vida pré-moderno, o olhar do autor volta-se justamente para essas populações: posseiros, camponeses, povos indígenas, seringueiros, peões... Em oposição à estruturação moderna, privado/público, examina como se articulam, na visão de mundo camponesa, as relações entre o espaço da intimidade e o espaço da vida comunitária, e como as mesmas são alteradas no choque com o avanço da sociedade capitalista.

A LUTA DA ERVA: Um ofício étnico no oeste catarinense

Arlene Renk

Chapecó, Grifos, 1997, 231 p.

Publicação que recupera a trajetória dos ervateiros do oeste de Santa Catarina. No período anterior à colonização dos imigrantes europeus - alemães, italianos e poloneses - a região era ocupada por índios e brasileiros, antigos moradores do sertão. Viviam da agricultura em pequena escala e da atividade extrativa da erva-mate. Com a colonização, houve uma ruptura que desestruturou a vida das antigas populações. A partir de depoimentos e narrativas dos remanescentes, a autora procura resgatar a história dos mesmos, tentando repertoriar a condição social vivida por eles e construir aquilo que ela chama de contra-história, uma contra-memória da região.

LA FRONTERA MOVIL

Mario Monteforte Toledo

Guatemala, Ministerio de Cultura y Deporte, 1997, 259 p.

A fronteira entre Guatemala e Chiapas, no México, é uma unidade geográfica condicionada pelas bacias de onze rios e de povos centenários de origem Maia. É uma região por onde passa, em média, meio milhão de centro-americanos em direção aos EUA. As causas dessa migração residem na pobreza e no abandono: em todo aquele espaço com quase 800 mil habitantes, o Estado está praticamente ausente. Por aí transitam mais de 200 mil camponeses guatemaltecos que sazonalmente colhem café em Chiapas.

AMAZÔNIA: Teledetecção e Colonização

Messias Modesto dos Passos

São Paulo, Ed. UNESP, 1998, 152 p.

Trata-se de um estudo que usa uma metodologia surgida das discussões sobre a temática paisagística e da aplicação de técnicas avançadas de teledetecção no estudo da paisagem. Assim, quer contribuir para os estudos geográficos através do uso de tecnologia de ponta, objetivando aquelas áreas mais danificadas pela presença do homem. No caso, a fronteira Amazônica, onde o processo de colonização tem servido como meio de controlar sua população e de responder aos interesses dos mercados internacionais.

ESTADO, BANDIDOS E HERÓIS: Utopia e Luta na Amazônia

Violeta Refskalefsky Loureiro

Belém, CEJUP, 1997, 454 p.

Este livro reconstitui uma importante fase da história social da região - da ditadura aos primeiros anos pós-ditadura (1964-1992). Analisa as realções do Estado com a Sociedade nesta fase - através do primeiro, do mais longo e do mais violento conflito de terra da Amazônia: o conflito da Gleba Cidapar, no município de Viseu Pará - enfocando a ação dos diversos atores sociais nele envolvidos, tais como: colonos, sindicato, Igreja, órgãos fundiários, justiça, empresas, polícia e pistoleiros. Este estudo possibilita compreender como transcorreu o processo de ocupação da Amazônia, e de modo todo particular, da região envolvida, durante o período enfocado.

A FRONTEIRA AGRÍCOLA VINTE ANOS DEPOIS

Philippe Lena e Adélia Oliveira (orgs.)

Belém, Ed. CEJUP/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992, 367 p.

Nascida de um encontro de pesquisadores sobre a Amazônia - reunidos em Belém em 1988 - a presente obra, em seu conjunto, apresenta-se como uma coletânea retratando a questão da fronteira por ocasião do encontro. Os artigos retratam os seguintes enfoques: Fronteira e Populações Indígenas; Aspectos Sociais e Econômicos da Fronteira Agrícola; Os Sistemas de Produção; Conflitos e Mudanças no Processo de Ocupação; Territorialidade e Regionalização.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc. A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * Você irá escrever para uma revista e não para uma banca da academia, por isso, aproveite os conteúdos de suas pesquisas, mas seja criativo(a) na forma de apresentá-los. No título, por exemplo, não resuma sua tese, desperte a curiosidade do leitor.
- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Tamanho: aproximadamente 350 linhas, fonte Times New Roman, corpo 12;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Se possível, enviar algumas fotos em papel, com os respectivos créditos (posteriormente serão devolvidas); se digitalizadas, só em CD com resolução de 300 dpi.
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereços postal e eletrônico e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante; não utilize nota no título e no nome do autor; referência bibliográfica não é nota;
- * Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996: .3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:
 - a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
 - b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares do nº.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

**TRAVESSIA
Nº 49**

NARRATIVAS

(Mai-Ago/04)

**Prazo para envio
de artigos
(30/07/04)**

**TRAVESSIA
Nº 50**

**POLÍTICAS
PÚBLICAS**

(Set-Dez/04)

**Prazo para envio
de artigos
(30/10/04)**

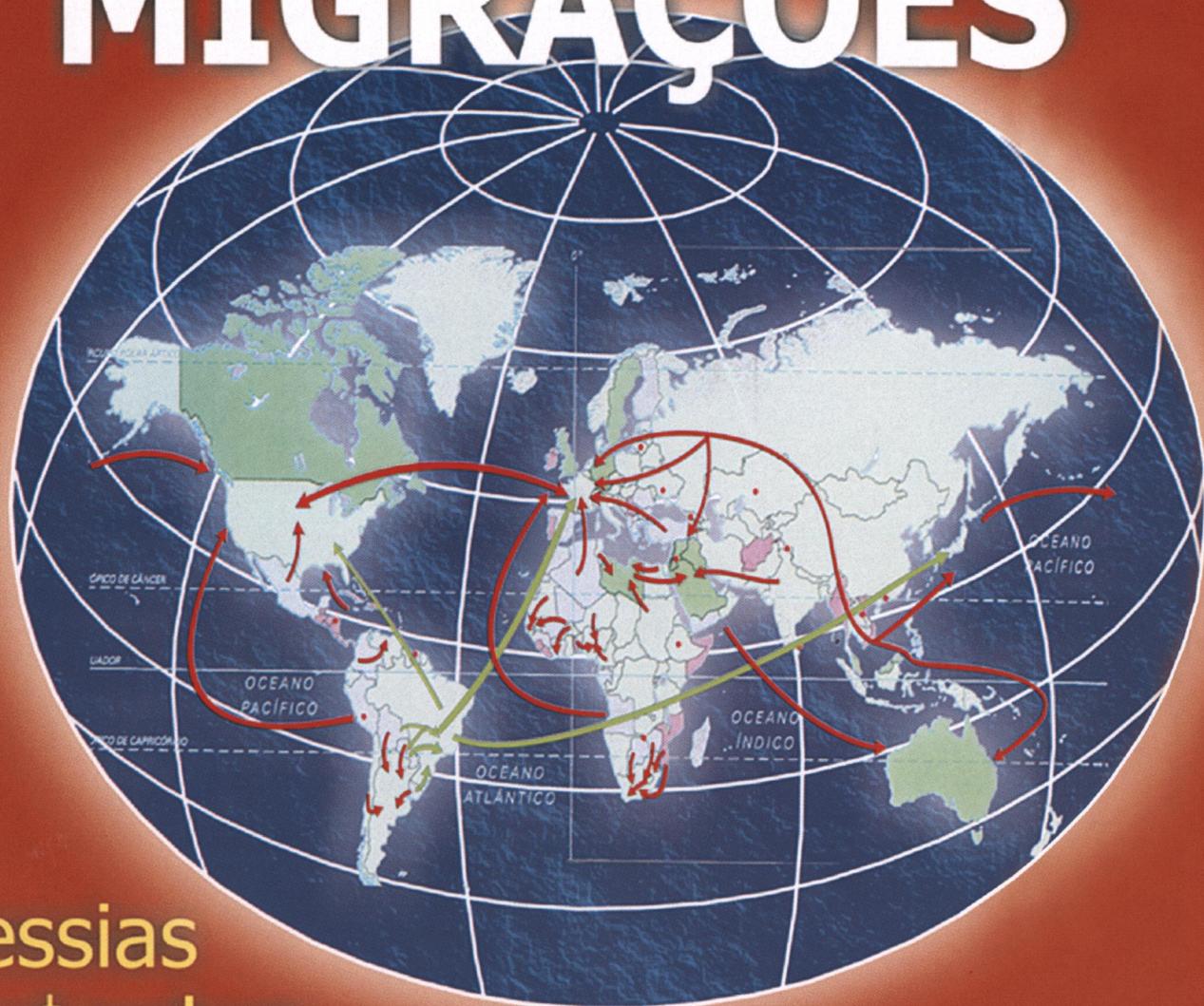
**TRAVESSIA
Nº 51**

PRECONCEITOS

(Jan-Abr/05)

**Prazo para envio
de artigos
(20/12/04)**

FÓRUM SOCIAL DAS MIGRAÇÕES



Travessias
na desordem
Global

Dias 23 e 24 de Janeiro de 2005
Porto Alegre - Brasil

CIBAI - Rua Dr. Barros Cassal, 220 - Centro

Realização: SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes

Em parceria com NIEM/RJ, DG/USP, CEM, IBRADES, MST, CPT, Grito dos Excluídos Nacional e Grito dos Excluídos Continental, CNBB/Setor Pastoral Social, CERIS e CIBAI
Apoio: Fastenopfer, Misereor, DKA, Trocaire, Manos Unidas, Adveniat, CCFD

Informações: www.migracoes.com.br | e-mail: spm.nac@terra.com.br | tel.: 11 6163-7061